



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

# PLANO ESTRATÉGICO 2016 - 2021

# GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO 2016 - 2021



O MINISTÉRIO PÚBLICO  
EM MOVIMENTO:  
REAVALIANDO E  
TRANSFORMANDO AÇÕES



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça



SAGRES  
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

**PLANO ESTRATÉGICO  
2016 - 2021**

São Luís, MA, 2016



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça



SAGRES  
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

© Copyright 2016, Ministério Pùblico do Estado do Maranhão  
Impresso no Maranhão, Brasil / Printed in Maranhão, Brazil

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

### **Coordenação e supervisão**

Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

- Regina Lúcia de Almeida Rocha

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

- Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro

Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

- Fabíola Fernandes Faheína Ferreira

Diretor-Geral

- Luiz Gonzaga Martins Coelho

Membros indicados

- Raimundo Nonato Leite Filho - Promotor de Justiça da Comarca de Alcântara
- Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça da Comarca de Santa Inês
- Frederik Bacellar Ribeiro - Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz
- Eduardo Borges Oliveira - Promotor de Justiça da Comarca de Timon
- Mariléa Campos dos Santos Costa - Procuradora de Justiça

### **Assessoria de Planejamento**

- Cláudio Marcelo Araújo Amorim
- Luselias Soares Sales Lopes

### **Consultoria**

SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas

- Raul José de Abreu Sturari
- Maria Verônica Korilio Campos

Acervo de Fotos do MPMA e produzidas pelos consultores.

Maranhão. Ministério Pùblico.  
Planejamento estratégico 2016-2021. – São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2016.  
102 p. : il.

1. Ministério Pùblico – Planejamento estratégico – Maranhão.  
I. Título.  
CDU 347.963 (812.1)

Projeto Gráfico: Yoshiaki Takeshima



# SUMÁRIO

Apresentação	<b>7</b>
O Ministério Pùblico do Estado do Maranhão	<b>11</b>
Histórico do Planejamento	<b>17</b>
Metodologia	<b>23</b>
Governança	<b>29</b>
Intenção Estratégica	<b>35</b>
Síntese da Avaliação Diagnóstica	<b>41</b>
Síntese da Análise Prospectiva	<b>47</b>
Mapa e Objetivos Estratégicos	<b>51</b>
Projetos Estruturantes	<b>67</b>
Próximos Passos	<b>73</b>
Participantes	<b>77</b>
Anexo: Indicadores e Metas	





## **1. Apresentação**

# C

om o advento da Constituição Federal de 1988, o Ministério Pú-  
blico passou a ser detentor de grande relevância e prestígio no  
cenário republicano brasileiro. Entretanto, para que cumpra sua  
missão constitucional é preciso administrá-lo com eficiência,  
profissionalizar e modernizar sua gestão, além de dar condições  
para que seus membros e servidores possam atuar também com  
eficiência e, assim, corresponder às expectativas da população  
que a cada dia confia mais na atuação do Parquet brasileiro.

Para tanto, é inevitável que a gestão do Ministério Público, em todos os seus ramos, assim como a das demais organizações públicas, agregue ferramentas que sejam capazes de levá-lo ao alcance de objetivos cada vez mais arrojados e a atender os anseios populares e, em especial, dos hipossuficientes, promovendo a Justiça que muitas vezes lhes parece algo tão distante.

Agrega-se a esse desafio, a orientação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) de que as unidades ministeriais em todos os ramos no país devem alinhar os objetivos estratégicos propostos nos seus planos estratégicos aos definidos no Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, cujas metas deverão ser alcançadas por todas as unidades da Federação, bem como a implementação de modelos estruturados de governança, por meio da gestão estratégica.

Tal orientação foi tomada em observância ao ordenamento jurídico em vigor, dentre eles: o art. 37 da Constituição federal, que consagrhou a eficiência como um dos princípios da Administração Pública; o Decreto da Presidência da República n.º 5.707/06 e ao Acórdão do Tribunal de Contas da União n.º 3.023/2013, que objetivam fortalecer a capacidade do serviço público, aprimorando o fator humano para o alcance de desempenhos e resultados de excelência. Observa ainda a Lei nº 12.527/2011, VII, a, que assegura o direito ao acesso à informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.

Em estreito alinhamento com as diretrizes do CNMP, o Ministério Público do Estado do Maranhão vem buscando constantemente aprimorar-se e profissionalizar sua atuação, por meio da reformulação de sua gestão institucional, procurando implementar uma administração moderna, centrada no planejamento estratégico.

Na elaboração do novo ciclo de planejamento estratégico para o horizonte 2016-2021, a Administração Superior do Parquet maranhense instituiu, por meio do Ato nº 560/2015 da Procuradora-Geral de Justiça, o modelo de gestão do Planejamento Estratégico com o objetivo de fornecer direcionamento comum a ser seguido por toda a organização, identificando responsabilidades, garantindo alinhamento e oferecendo meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e à maximização dos resultados.

No bojo desse processo, instituiu também, por meio das Portarias nº 109 e 110/2016, as Comissões de Gestão e de Execução do Planejamento Estratégico (CGPE e CEPEI), compostas por membros e servidores, que estão participando ativamente na construção do novo plano e do modelo de gestão da estratégia, em estreita colaboração com a consultoria especializada Instituto Sagres: Política e Gestão Estratégica Aplicadas, contratada para a assessorar o Ministério Público.

Mais do que um simples planejamento, o Ministério Público do Estado do Maranhão pretende implantar e perenizar um modelo de gestão estratégica, que além do plano estratégico, permita capacitar membros e servidores para conduzir o processo de sua elaboração e acompanhe sua execução, através do monitoramento detalhado e permanente dos indicadores de resultado. Tudo isso acompanhado de ferramentas informatizadas que agilizem essas ações e permitam a auditoria de toda a cadeia a qualquer momento.



Ressalte-se que o Plano Estratégico, que ora se materializa neste documento, não é o fim do processo, mas uma etapa de formulação de um ciclo de gestão que se inicia. E, assim como tal, deve ser monitorada e avaliada juntamente com os resultados alcançados a partir das atividades que serão realizadas nas etapas de desdobramento e alinhamento, no nível tático-operacional.



Abertura do encontro regional de São Luís

Ao final do processo, vislumbra-se que o Ministério Pùblico do Estado do Maranhão alcance, dentre outros resultados, maior agilidade na tomada de decisões, devido a uma melhora na obtenção e disponibilização tempestiva de informações estratégicas; melhor fluxo de comunicação interna e externa com seu público-alvo; maior motivação dos servidores e membros no exercício de suas funções; melhor conhecimento destes sobre a Instituição (principalmente sua missão); melhor conhecimento da Instituição sobre seu ambiente interno e externo, permitindo a identificação de riscos antecipadamente; maior transparência sobre as ações institucionais; e favorecimento da continuidade administrativa, com eficácia e eficiência.

A primeira etapa foi construída com muito êxito: o Plano Estratégico, com a descrição da intenção estratégica (missão, visão, princípios e valores), objetivos, indicadores e metas para os próximos cinco anos. Caberá, agora, à nova gestão do Ministério Pùblico do Maranhão, que assume em meados deste ano, impulsionar as próximas etapas de desdobramento e monitoramento/avaliação, de modo que alcance sua visão 2021 e cumpra, integralmente, sua missão definida para esse novo ciclo de planejamento estratégico, qual seja: Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e defesa da democracia.

**REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA**  
Procuradora-Geral de Justiça





Encontro Regional de S\u00e3o Lu\u00eds

## 2. O M\u00ednistro P\xfablico

# O

Ministério Público tem como principais atribuições zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo Estado Democrático de Direito, em defesa dos interesses da sociedade, conforme o art. 27 da Constituição Federal de 1988.

Na qualidade de agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, cabe-lhe tomar providências para que se cumpra a lei quando, por exemplo, um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sentem lesados em algum de seus direitos garantidos pela legislação vigente.

Embora não sendo um “Poder”, o Ministério Público é uma instituição independente, dotada de ampla autonomia

administrativa, funcional e financeira, que exerce parte da soberania estatal, ao tempo em que observa os princípios gerais da administração pública, estabelecidos no art. 37 da Carta Magna, quais sejam: legalidade, impensoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## 2.1 Atribuições Constitucionais

- a. **Defesa dos Direitos dos Cidadãos** – tem como objetivo fiscalizar a conduta dos membros do Poder Executivo, cobrança destes da prestação dos serviços públicos (saúde, educação, segurança pública, assistência às populações carentes etc.);
- b. **Defesa de Valores Essenciais à Vida** – encarregado da defesa do meio-ambiente, saúde pública, direito à vida e combate aos que a



Encontro Regional de São Luís



- ela se opõem (poluentes, traficantes, assaltantes etc.);
- c. **Defesa das Instituições Públicas** – encarregada de processar, civil e administrativamente, os gestores públicos desidiosos ou todos aqueles que se opuseram ou prejudicaram a administração pública, incluídos os que lesarem o patrimônio público;
  - d. **Defesa dos Hipossuficientes** – tutela os interesses dos não autosuficientes, atuando em defesa de interesses de menores (ações de guarda, tutela, curatela, alimentícias, investigação de paternidade), idosos, populações indígenas;
  - e. **Defesa de interesses Sociais e Individuais indisponíveis** – todos os bens ou interesses pertencentes a uma só pessoa, ou grupo social definido (interesse coletivo), ou grupo social indefinido (interesse difuso) cujo interesse não esteja ao livre arbítrio da pessoa (ou seja, ela não pode desfazer-se ou desvincular-se daquele interesse), a exemplo dos direitos relativos à personalidade (nome, filiação).

## 2.2 Funções Compatíveis com a Finalidade Constitucional

Além das já citadas, pode-se ainda atribuir ao Ministério Pùblico o exercício de outras funções que lhe sejam conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade, a exemplo de:

- a. vistoria de estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;

- b. manifestação em processos judiciais cuja presença seja obrigatória por lei, na condição de *custo iuris* (fiscal do ordenamento jurídico);
- c. interposição de recursos das decisões judiciais nas diversas instâncias judiciais existentes, desde que a matéria seja da sua atribuição;
- d. intervenção na condição de custos legis nas demandas penais de natureza privada (ação penal privada);
- e. participação em todos os atos preparatórios e os propriamente ditos relativos à eleição e apuração de votos;
- f. intervenção nas causas em que haja interesses de incapazes, e concernente ao estado da pessoa, poder familiar, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.

## 2.3 Princípios Constitucionais

A Carta Magna de 1988 também estabeleceu Princípios Constitucionais ao órgão ministerial, quais sejam:

- **Unidade** (a capacidade dos membros do Ministério Pùblico de constituírem um só corpo, uma só vontade, de tal forma que a manifestação de qualquer deles valerá sempre, na oportunidade, como manifestação de todo o órgão);
- **Indivisibilidade** (os membros da instituição podem substituir-se reciprocamente sem que haja prejuízo para o exercício do ministério comum);
- **Independência Funcional** (os membros do Ministério Pùblico não



devem subordinação intelectual a quem quer que seja nem mesmo ao superior hierárquico. Agem em nome da instituição que encarnam de acordo com a lei e a sua consciência).

## 2.4 O Ministério Público do Estado do Maranhão

O Ministério Público do Maranhão tem como patrono o Promotor de Justiça Celso Magalhães, aguerrido defensor dos direitos humanos que conseguiu levar a julgamento, em pleno regime escravagista, uma poderosa senhora da sociedade maranhense, acusada de assassinar violentamente um garoto de 8 anos, chamado Inocêncio, fato ocorrido em São Luís, na segunda metade do século XIX. Esse episódio histórico ficou conhecido como o “Caso da Baronesa de Grajaú”.

Sua organização e funcionamento são estabelecidos pela Lei Federal nº 8.625/1993 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/1991.

### 2.4.1 Organização e Estrutura

Fazem parte do Ministério Público os Procuradores e Promotores de Justiça. No Estado do Maranhão, existem atualmente 31 Procuradores e 305 Promotores, sendo 114 lotados na capital, São Luís, e os demais 191 nas comarcas do interior. Estes atuam em Promotorias, algumas das quais especializadas em determinadas áreas tais como: meio-ambiente, consumidor, infância e juventude, saúde, etc.

Individualmente, os Procuradores de Justiça respondem por Procuradorias Cíveis e Criminais. Enquanto os Promotores de Justiça defendem os direitos sociais nas comarcas, perante os juízes, os Procuradores tratam dos

mesmos interesses sociais perante o Tribunal de Justiça, ao lado dos Desembargadores.

### 2.4.2 Órgãos do Ministério Público

O Procurador-Geral de Justiça representa a instituição em todas as instâncias judiciais e administrativas, tendo como órgãos de Administração Superior: o Colégio de Procuradores; o Conselho Superior; a Corregedoria Geral; a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; e a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos auxiliares: a Secretaria para Assuntos Institucionais, a Ouvidoria, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e 9 (nove) Centros de Apoio Operacional:

- Infância e Juventude;
- Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural;
- Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa;
- Direitos Humanos e Cidadania;
- Defesa da Saúde;
- Defesa do Direito à Educação;
- Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência;
- Criminal;
- Consumidor.

Por fim, conta ainda com órgãos de apoio técnico e administrativo:



Seminário de lançamento do Planejamento Estratégico

- Diretoria Geral;
- Secretaria Administrativo-Financeira;
- Comissão Permanente de Licitação;
- Cerimonial;
- Coordenadorias:
  - Gestão de Pessoas;
  - Serviços Gerais;
  - Modernização e Tecnologia da Informação;
  - Administração;
  - Orçamento e Finanças;
  - Folha de Pagamento;
  - Obras, Engenharia e Arquitetura;
  - Biblioteca e Documentação;
  - Assuntos Estratégicos e Inteligência.
- Órgãos de assessoramento:
  - Assessoria Especial do Procura-
  - dor-Geral de Justiça;
  - Assessoria Técnica;
  - Assessoria de Auditoria;
  - Assessoria de Controle Interno;
  - Assessoria Jurídica da Administração;
  - Assessoria de Planejamento Geral.

Nesse delicado momento do cenário nacional, a experiência e a eficiência no trato da gestão do Ministério Público representam a melhor opção para viabilizar a continuidade do cumprimento de sua missão constitucional.

A sociedade espera um Ministério Público forte, combativo e seguro, gerido de forma participativa, no qual a manutenção das conquistas institucionais indica os melhores caminhos a serem trilhados, como guardião da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis.





Encontro Regional de São Luís

### **3. Histórico de Planejamento**

**A**s experiências de Planejamento no âmbito do MPMA remontam ao final do século passado, com a publicação do "Planejamento Geral do Ministério Público Estadual para o ano de 1996". Na apresentação, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Jamil de Miranda Gedeon Neto, ressaltava que o documento tinha em vista "empreender um caráter orgânico ao trabalho da Instituição, sendo, na verdade, uma declaração de intenções, desprovida de força vinculadora, reflexo de uma consciência profissional cada vez mais comprometida e responsável, voltada para o desempenho das atividades do Parquet, essenciais à construção de uma ordem jurídica justa e participativa".

Os textos — de autoria dos Promotores



de Justiça Rita de Cassia Maia Baptista, Márcio Thadeu Silva Marques e Eduardo Borges Oliveira — destacavam quatro áreas de trabalho prioritárias: Infância e Juventude; Educação; Segurança Pública; e Prestação Jurisdicional. Também apontavam iniciativas, propostas, estratégias e recomendações necessárias para o êxito na atuação integrada de membros e servidores do MPMA.

A segunda experiência foi materializada na publicação "Planejamento Estratégico do Ministério Público – 1999-2000", tendo como Procurador-Geral de Justiça o Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho. Nas justificativas, o documento apontava a "necessidade de ser desenvolvido um trabalho harmônico, principalmente por dois motivos: ações desenvolvidas ao mesmo tempo por todo o Ministério Público adquirem maior vigor e resposta à



sociedade, redundando o Órgão num efetivo agente de mudança social; ações conjuntas permitem à própria Instituição observar o grau de comprometimento de cada um de seus membros.

Nesse plano, as ações prioritárias foram elencadas segundo as áreas de atuação das Promotorias Especializadas de Defesa: do Patrimônio Público; dos Cidadãos Portadores de Deficiência e dos Idosos; dos Direitos da Infância e da Juventude; do Meio Ambiente; das Fundações e Entidades de Interesse Social; de Combate à Sonegação Fiscal; dos Direitos do Cidadão; dos Direitos do Consumidor; de Acidentes do Trabalho e Massas Faliadas.

Destaque-se, ainda, as seguintes “prioridades de caráter geral”: com-



bate à evasão escolar; combate à prostituição infanto-juvenil; combate ao crime organizado; efetivo controle da atividade policial; combate ao tráfico de entorpecentes; combate à poluição.

Complementarmente, no “Planejamento Estratégico do Ministério Pùblico”, do ano de 2000, a mesma equipe de gestão manteve as “prioridades gerais” e estabeleceu diretrizes, metas e ações não somente para as promotorias especializadas, como também para as áreas relacionadas às atividades-meio: Diretoria Geral e Secretaria Administrativo-Financeira; Secretaria de Assuntos Institucionais; Coordenação de Gestão de Recursos Humanos; Coordenação de Informática; Coordenação de Orçamento e Finanças; Coordenação de Recebimento e Distribuição de Processos; Coordenação de Administração; Coordenação

de Serviços Gerais; Assessoria especial; Assessoria Técnica; Assessoria de Comunicação; Assessoria de RH e Gestão da Qualidade Total; Serviço Médico-Odontológico; Auditoria; e Escola Superior do Ministério Público.

O Planejamento Estratégico seguinte — também elaborado sob a supervisão do Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho, como Procurador-Geral de Justiça — refere-se ao período 2003-2007. Com base em diagnóstico que teve como cerne uma pesquisa de Clima Organizacional, esse plano, alinhando cronologicamente ao Plano Pluriannual do Estado do Maranhão, elegeu como “meta primeira” a inclusão social, tendo por finalidade constituir “um Ministério Público Social, isto é, voltado para atender, prioritariamen-

te, os segmentos sociais excluídos economicamente”.

Tinha como diretrizes: valorização da atividade final e dos órgãos de execução; eficiência e efetividade na intervenção jurídico-social da instituição; prevenção da vulnerabilidade dos órgãos de execução; e modernização administrativa. Além disso, elencou objetivos, metas e diretrizes de oito projetos prioritários, relacionados tanto às atividades-fim quanto às atividades-meio.

A experiência seguinte — Plano Estratégico do Ministério Público do Maranhão, 2008-2011 — foi conduzida sob a égide do Conselho Nacional do Ministério Público, criado em 2004. Em suas palavras de apresentação, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa, ressaltou as audiências públicas que reuniram membros do Ministério Público em seis polos: São Luís, Imperatriz, Pinheiro, Presidente Dutra, Timon e Santa Inês, caracterizando o espírito participativo que pautou os trabalhos. Também classificou o Ministério Público como “instituição de combate, corajosa, que convive com as críticas e os elogios”, ou seja, “social e de vanguarda”.

Teve como diretrizes: valorização da atividade final e dos órgãos de execução; eficiência e efetividade na intervenção jurídico-social da Instituição; prevenção da vulnerabilidade e dos órgãos de execução; modernização administrativa; valorização dos servidores; e promoção da cidadania a partir das atividades extraprocessuais.

Sua “matriz programática” foi foca-





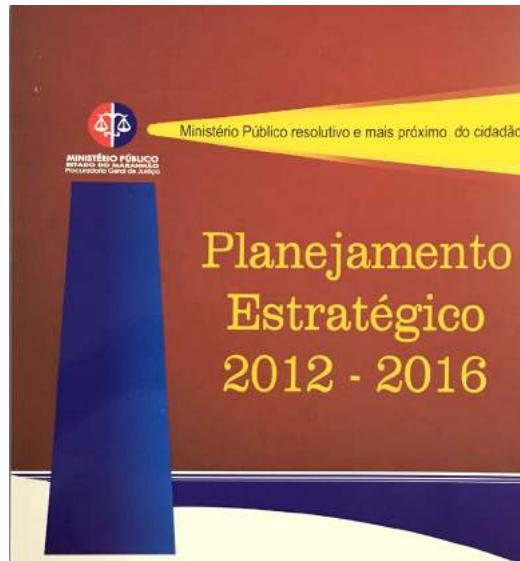
da em quatro programas: Direitos Humanos; Probidade Administrativa; Meio Ambiente e Cultura; e Fortalecimento Institucional, os quais foram detalhados em 13 (treze) projetos, dentre os quais destaca-se a Estruturação e Implementação dos Centros de Apoio Operacional (CAOPs).

Finalmente, o último exercício de Planejamento Estratégico foi realizado para o período 2012-2016, tendo como Procuradora-Geral de Justiça e Presidente do Comitê de Gestão Estratégica a Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro. Foi também constituída a Comissão de Apoio à execução do Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão, institucionalizando o Planejamento e a Gestão Estratégica com representantes de todas as áreas da organização.

Em sua apresentação, a Procuradora-Geral de Justiça considerou o plano como "instrumento de gestão construído a partir de um movimento participativo que envolveu seus membros e servidores, instados a pensar e priorizar diretrizes e ações que permitissem à Instituição protagonizar um salto de qualidade na prestação dos seus serviços".

Pela primeira vez foi elaborado um Mapa Estratégico, estruturado em quatro perspectivas: impacto social; processos, institucional; e recursos humanos, físicos e financeiros. Nele ficaram estampados 22 (vinte e dois) Objetivos Estratégicos, aos quais foram associados indicadores e projetos estratégicos.

Todas essas experiências permitem



afirmar que o planejamento e a gestão sistematizados estão presentes no cotidiano institucional desde 1996, em exercícios constantemente aperfeiçoados, sempre em busca de mais eficiência, mais eficácia e mais efetividade.

Nesse somatório de boas práticas, o novo ciclo que se avizinha (2016-2021) traz o desafio de realizar um salto de qualidade que permita tornar o planejamento efetivo instrumento de gestão, permeando todas as atividades do Ministério Pùblico, de modo a induzir ganhos de produtividade e melhorias nas condições de trabalho de membros e servidores. Daí a ênfase no desdobramento da estratégia, elaborando planos tático-operacionais e implementando pragmático sistema que — subsidiado por ferramentas informatizadas — permita monitorar e avaliar a execução dos projetos, iniciativas e processos organizacionais, ao tempo em que induz adequadas e oportunas medidas corretivas.





Encontro Regional de Timon

## **4. Metodologia**

**E**m plena consonância com a resolução e diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em especial a Portaria CNMP-PRE-SI Nº 36, de 05 de abril de 2016, a Metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica constitui a linha mestra que orienta o desenvolvimento dos trabalhos. Foi sistematizada pela equipe do Instituto SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas e tem como princípio básico a possibilidade de adaptar e integrar diversos instrumentos de gestão disponíveis na literatura e aplicados por destacadas instituições, de modo a customizar as melhores práticas para a realidade do MPMA.

O cerne da metodologia está baseado na ferramenta interativa PDCA, utilizada no controle e melhoria contínua de processos e produtos. PDCA vem do inglês Plan – Do – Check – Act, ou seja, Planejar – Executar – Verificar – Agir.

O ciclo completo da Metodologia FIGE está consubstanciado nas etapas:

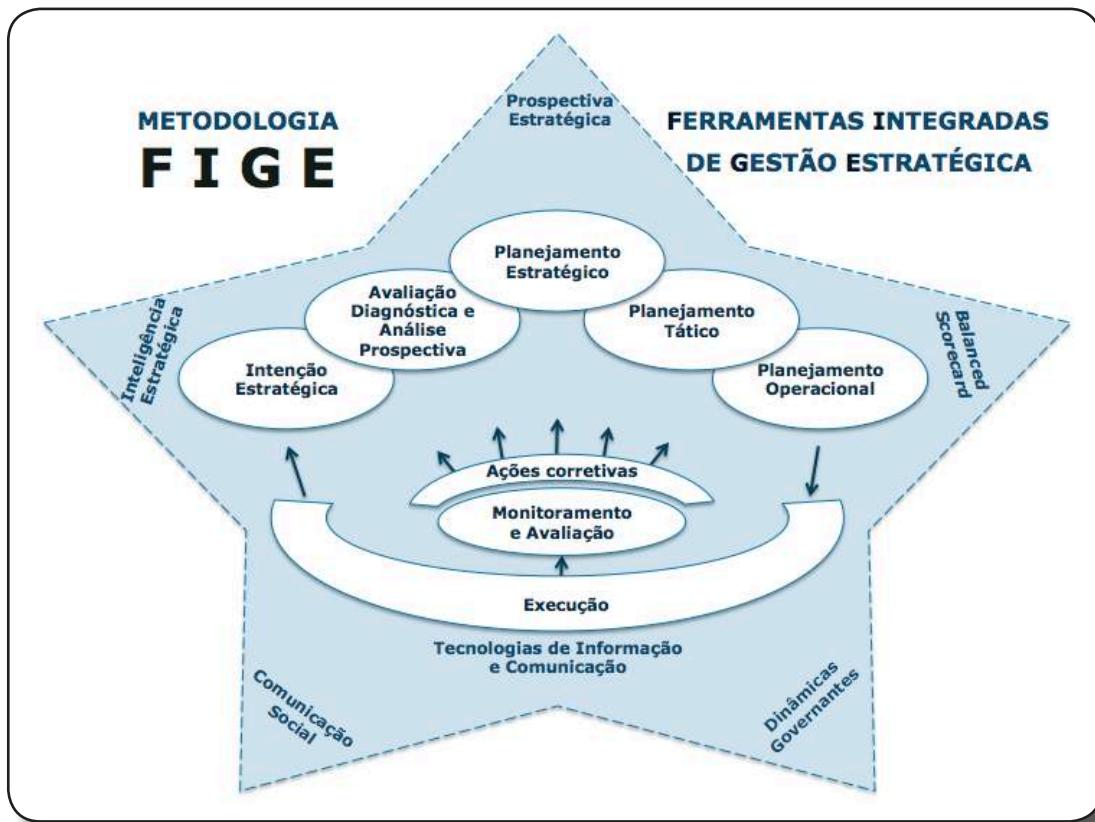
- Intenção Estratégica;
- Avaliação Diagnóstica e Análise Prospectiva;
- Plano Estratégico;
- Planos Táticos;
- Planos Operacionais;
- Execução;
- Monitoramento e Avaliação; e
- Ações Corretivas.

A participação do maior número possível de integrantes da instituição em todas as etapas do processo é fundamental para o sucesso da implementação dos planos e para o alcance dos re-

sultados esperados. No caso do MPMA, representantes de todas as áreas constituíram a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e a Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI), que estiveram reunidas com a consultoria em sete semanas, entre dezembro de 2015 e abril de 2016, além de interagirem a distância em inúmeras outras ocasiões. Além disso, foram coletadas opiniões e percepções de membros e servidores nas seguintes oportunidades: seminário de lançamento do projeto de planejamento, em 4 de dezembro de 2015; V Congresso estadual do Ministério Público do Maranhão (9 a 11 de dezembro de 2015); Encontros Regionais de Planejamento Estratégico: 26 de fevereiro de 2016, em São Luís; 14 de março, em Imperatriz; e 29 de março, em Timon. Também foram ouvidas pessoas e organizações da sociedade, por intermédio de consulta a distância, amplamente divulgada por meio de mídias digitais.

Essa intensa participação permitiu a elaboração de consistente Plano Estratégico, segundo as melhores práticas preconizadas no escopo da FIGE, apoiada por técnicas e ferramentas inerentes a disciplinas que, na atualidade, subsidiam as melhores práticas de planejamento e gestão. Assim sendo, a Avaliação Diagnóstica usou elementos de Inteligência Estratégica, seja na produção de conhecimentos relativos aos ambientes interno e externo, seja para a identificação e mapeamentos dos atores que poderão influenciar, positiva ou negativamente, a consecução dos objetivos institucionais.

A Prospectiva Estratégica complementou as análises da Avaliação Diagnóstica, agregando ambiguidades e incer-



Metodologia FIGE

tezas que, de outro modo, seriam desconsideradas. O desenho de cenários futuros foi realizado com intensa participação dos integrantes das comissões (CGPE e CEPEI) e aportes de opiniões coletadas especialmente durante o seminário regional de São Luís, em 26 de fevereiro de 2016. Esses cenários, construídos com metodologia própria do Instituto SAGRES, possibilitaram a visualização de novos objetivos e a ênfase em outros, anteriormente indicados pela Avaliação Diagnóstica, especialmente voltados para o ambiente externo.

A FIGE também se vale de preceitos estabelecidos pelo Balanced

Scorecard (BSC), que foi adaptado para oferecer instrumentos de gestão adequados ao longo prazo e, em especial, a instituições públicas. Trata-se de uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School, Robert Kaplan e David Norton, em 1992. Foi inicialmente apresentado como modelo de avaliação da performance empresarial, porém, a aplicação em diversificadas organizações proporcionou sua evolução para uma metodologia de gestão, baseada em perspectivas, relação de causa e efeito, objetivos, indicadores e metas. Foram os conceitos do BSC que orientaram a organização do Mapa Estratégico

do MPMA, a descrição dos Objetivos Estratégicos, a identificação dos indicadores (métricas) e o estabelecimento de metas para os anos de 2017 a 2021.

As Dinâmicas Governantes foram também delineadas por integrantes do SAGRES e combinam conhecimentos oriundos da Inteligência Competitiva, da Teoria dos Jogos, dos Jogos de Atores e de técnicas de Negociação, tendo em vista amparar decisões e subsidiar interações institucionais com atores externos, para atingir os objetivos estratégicos e construir o melhor futuro possível. As técnicas de Dinâmicas Governantes serão apresentadas quando da implementação do sistema de Mo-

nitoramento e Avaliação, mas seu detalhamento e plena aplicação dependerão de um bem sucedido processo de amadurecimento institucional que, espera-se, ocorra nos próximos anos.

Como disciplina de apoio, a Comunicação Social é fundamental para a divulgação da estratégia junto ao público interno, de modo a incorporá-la ao cotidiano organizacional. Por seu intermédio, ainda, o MPMA informa à sociedade os avanços na gestão institucional, evidenciando a responsabilidade de seus integrantes e a transparência que pauta suas ações. O Plano de Comunicação da Estratégia será elaborado pela Coordenadoria de Comunicação, com o apoio de um con-



Seminário de lançamento do Planejamento Estratégico



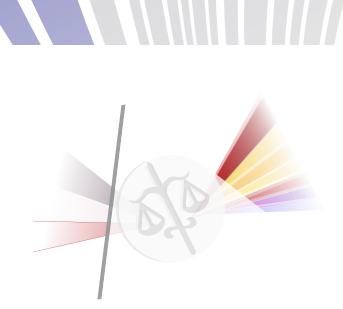
Encontro Regional de São Luís

sultor especialista do SAGRES, no mês de julho de 2016, e deverá incorporar eventuais diretrizes emanadas pela nova administração.

Na atualidade, as modernas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) proporcionam facilidades e enormes ganhos de produtividade, em todos os setores. Para apoiar o sistema de Monitoramento e Avaliação, será incorporado o SW gestão estratégica, da empresa Stratec, parceira do SAGRES no projeto junto ao MPMA. Com isso, a coleta, organização, processamento e análise dos dados será otimizada, permitindo a implementação de oportunas ações corretivas e ganhos operacionais.

Nessa mesma linha, considerada a relevância das TICs no processo de gestão organizacional, o Instituto SAGRES cuidará da formulação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), a serem desenvolvidos por consultor especialista no tema.

Sem dúvida, a aplicação integral da Metodologia FIGE no processo de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Maranhão aponta para uma nova era da administração institucional, augurando um período de êxitos e sucessos na incessante busca por melhores resultados.





Oficina de capacitação para o Planejamento Estratégico

## 5. Governança

# A

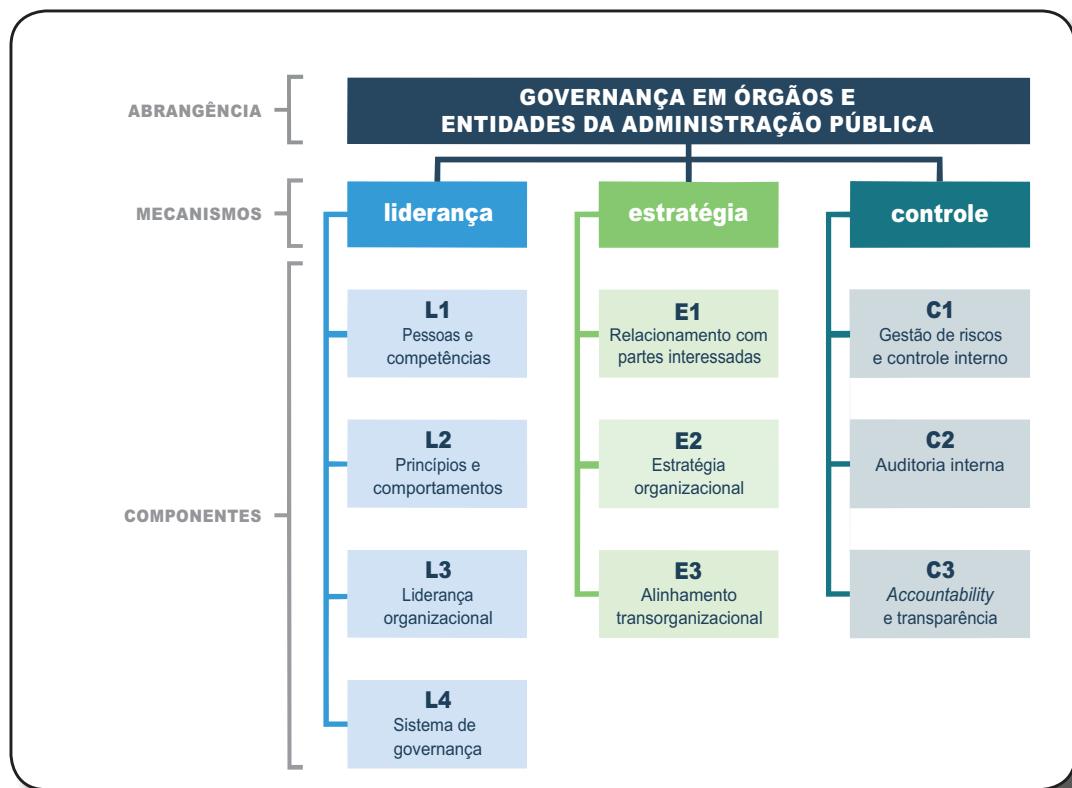
governança do novo modelo de Planejamento e Gestão Estratégica do MPMA está sendo delineada sob parâmetros específicos de que representam boas práticas institucionais.

Segundo o Tribunal de Contas da União,

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade

(TCU, 2014) (<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/entendendo-a-governanca/alinhamento-conceitual/>).

A mesma referência indica que a governança no setor público pode ser analisada sob quatro perspectivas de observação: sociedade e Estado; entes federativos, esferas de poder e políticas públicas; órgãos e entidades; e atividades intraorganizacionais. Estas enquadram perfeitamente o modelo de Planejamento e Gestão do MPMA, no mecanismo “estratégia” (ver figura).



Mecanismos e componentes de Governança Pública. Fonte: TCU



Em plena consonância com a Metodologia FIGE, que subsidia o MPMA, o TCU descreve a Estratégia organizacional e o Alinhamento transorganizacional (ver quadros).

**Estratégia organizacional**

A organização, a partir de sua visão de futuro, da análise dos ambientes interno e externo e da sua missão institucional, formula suas estratégias, as desdobra em planos de ação de longo e curto prazos e acompanha sua implementação, visando o atendimento de sua missão e a satisfação das partes interessadas (TCU, 2014).

**Alinhamento transorganizacional**

Cada um dos múltiplos agentes dentro do governo tem seus próprios objetivos. Assim, para a governança efetiva, é preciso definir objetivos coerentes e alinhados entre todos os envolvidos na implementação da estratégia para que os resultados esperados possam ser alcançados (TCU, 2014).

Para o ciclo 2016-2021, o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão foi instituído pelo Ato Nº 560/GPGJ, de 2 de dezembro de 2015, da Procuradora-Geral de Justiça, criando a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e a Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI).

Em linhas gerais, compete à CGPE aprovar os Planos Estratégico e Tático-Operacionais, monitorar e avaliar a execução dos projetos e iniciativas decorrentes e adotar medidas corretivas necessárias para o alcance dos resultados. É presidida pela própria Procuradora-Geral de Justiça, secretariada pelo Assessor de Planejamento Geral e constituída de membros e servidores representantes de todas as áreas da Instituição (ver quadro).



Encontro Regional de São Luís

### **Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE)**

- Procurador-Geral de Justiça;
- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;
- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;
- Corregedor-Geral do Ministério Público;
- Ouvidor-Geral do Ministério Público;
- Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional:
  - Consumidor;
  - Controle Externo da Atividade Policial;
  - Criminal;
  - Direitos Humanos e Cidadania;
  - Educação;
  - Infância e Juventude;
  - Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural;
  - Probidade Administrativa;
  - Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência; e
  - Saúde;
- Diretor da Escola Superior do Ministério Público;
- Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do Ministério Público;
- Diretor-Geral do Ministério Público;
- Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira;
- Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco);
- Coordenador de Gestão de Pessoas;
- Coordenador de Comunicação;
- Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação;
- Coordenador de Orçamento e Finanças;
- Coordenador da Folha de Pagamento;
- Coordenador Administrativo;
- Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura;
- Coordenador de Serviços Gerais;
- Coordenador de Documentação e Biblioteca;
- Chefe da Assessoria Técnica;
- Chefe da Assessoria de Auditoria;
- Chefe da Assessoria de Controle Interno;
- Assessor de Planejamento Geral;
- Membro representante do segundo grau, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça;
- Membro representante do primeiro grau, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça.
- Servidor do Ministério Público indicado pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público;
- Servidor do Ministério Público indicado pela Associação dos Servidores do Ministério Público;
- Membro do Ministério Público indicado pela Associação do Ministério Público do Estado;
- Membros indicados pelo Procurador-Geral de Justiça, integrantes das Promotorias de Justiça das Regionais de Imperatriz, Timon, Santa Inês e Baixada.

Por seu turno, à CEPEI cabe assessorar a CGPE, coordenar o processo de elaboração e revisão do planejamento, orientar e articular o sistema de monitoramento e avaliação da execução, produzir diagnósticos e propor medidas corretivas para o sucesso da gestão institucional. É presidida pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, secretariada pelo Assessor de Planejamento e constituída de membros e servidores representantes das principais áreas administrativas da Instituição (ver quadro).



## Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI)

- Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;
- Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do Ministério Público;
- Diretor-Geral do Ministério Público;
- Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira;
- Chefe de Gabinete do procurador-Geral de Justiça;
- Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- Chefe da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça;
- Membro indicado pelo Procurador-Geral de Justiça, integrante das entrâncias;
- Assessor de Planejamento Geral;
- Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação;
- Coordenador de Comunicação Social;
- Coordenador de Gestão de Pessoas;
- Coordenador de Orçamento e Finanças.
- Coordenador da Folha de Pagamento;
- Coordenador Administrativo;
- Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura;
- Coordenador de Serviços Gerais;
- Coordenador de Documentação e Biblioteca.
- Chefe da Assessoria Técnica;
- Chefe da Assessoria de Auditoria;
- Chefe da Assessoria de Controle Interno.



Estrutura de Governança do Sistema de Planejamento e Gestão do MPMA

Para o sucesso do modelo de Planejamento e Gestão, contudo, há que se destacar o papel desempenhado por determinados integrantes da estrutura organizacional, uma vez que, conceitualmente, estão direta e cotidianamente envolvidos na condução, organização, estímulo e promoção das atividades inerentes, além de pertencerem à duas comissões: a Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais do Ministério Público e o Diretor-Geral do Ministério Público.





Participantes do Encontro Regional de Timon

## **6. Intenção Estratégica**

# A

declaração da Intenção Estratégica tem por finalidade publicar o propósito do Ministério P\xfablico do Estado do Maranhão (MPMA): para que ele existe, aonde quer chegar e em quais alicerces se apoia. Tem como cerne a missão, a visão de futuro, os princípios e os valores institucionais.

## MISSÃO



Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e defesa da democracia.

## VISÃO 2021

Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.



## PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS



- Unidade
- Indivisibilidade
- Independência Funcional

## VALORES



- Acessibilidade
- Celeridade
- Compromisso com o capital humano
- Eficiência, eficácia e efetividade
- Ética e integridade
- Proatividade
- Transparéncia



## PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - GLOSSÁRIO

- **Unidade**

De onde se entende a capacidade dos membros do Ministério P\xfablico de constitu\xedrem um s\xf3 corpo, uma s\xf3 vontade, de tal forma que a manifesta\xe7ao de qualquer deles valer\xe1 sempre, na oportunidade, como manifesta\xe7ao de todo o \x9crg\xe3o;

- **Indivisibilidade**

Que se caracteriza na medida em que os membros da institui\xe7ao podem substituir-se reciprocamente sem que haja preju\xedzo para o exerc\xedcio do minist\xerio comum;

- **Independ\xeancia Funcional**

Que significa que os membros do Ministério P\xfablico n\xf3o devem subordina\xe7ao intelectual a quem quer que seja, nem mesmo ao superior hier\xe1rquico. Agem em nome da institui\xe7ao que encarnam de acordo com a lei e a sua consci\xeancia.

## VALORES E IDEIAS-FORÇA

- **Acessibilidade**

*Nossas portas est\xe3o sempre abertas a todos os que nos procuram.*

- **Celeridade**

*Nos empenhamos muito para resolver as demandas coletivas e sociais no mais curto prazo poss\xedvel.*

- **Compromisso com o capital humano**

*Cuidamos com carinho de todos os que trabalham conosco para que, juntos, possamos fazer mais pela sociedade.*

- **\u00c9tica e integridade**

*As pessoas que fazem o MPMA s\xf3o \u00edntegras e vistas como exemplos de conduta \u00c9tica n\xf3o somente no trabalho mas tamb\xe9m junto \u00e0 fam\xflia e ao c\xedrculo social.*

- **Efici\u00eancia, efic\u00e1cia e efetividade**

*Nossas atividades de planejamento e gest\u00e3o merecem a nota m\u00e1xima!*

*Fazemos da melhor maneira poss\xedvel, produzimos resultados consistentes e o impacto disso tudo \u00e9 claramente sentido pela sociedade.*

- **Proatividade**

*N\u00f3s nos antecipamos aos problemas e tomamos a iniciativa das solu\u00e7ões.*

- **Transpar\u00eancia**

*Salvo as exce\u00e7oes impostas por lei, tudo o que fazemos e como fazemos est\u00e1 dispon\u00edvel a todos.*

## **VALORES - GLOSSÁRIO**

### **• Acessibilidade**

O MPMA é instituição que permite e incentiva a aproximação, o ingresso e a interação de todas as pessoas que demandam cidadania, justiça ou democracia. Vai além do acesso físico, arquitetônico e virtual de portadores de deficiência, na medida em que busca eliminar também barreiras menos concretas e visíveis, tais como as relacionadas à classe social, etnia, cor, gênero e religião.

### **• Celeridade**

A celeridade, antes de tudo, está prevista no artigo 5º da Constituição Federal ("Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza ..."), mais especificamente no inciso LXXVIII: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

Para o MPMA, todavia, a celeridade — ou seja, a resolução das demandas sociais no mais curto prazo possível — está presente em todas as atitudes e comportamentos, porque leva em conta que a moralidade administrativa, extrajudicial e judicial, sob certo ângulo, é também ausência de justiça.

### **• Compromisso com o capital humano**

A competência profissional, o empenho, a iniciativa, o espírito de cumprimento do dever, a inventividade, a capacidade de doação e a perseverança fazem dos integrantes do MPMA o mais precioso ativo a ser empregado em benefício da sociedade.

O sucesso da instituição, portanto, está diretamente condicionado à produtividade de membros e servidores. Por isso, todos os esforços são envidados no sentido de proporcionar-lhes formação e capacitação adequadas, bem como as melhores condições de trabalho possíveis.

### **• Ética e integridade**

A ética institucional é consubstancial em um conjunto de regras e preceitos que motivam, disciplinam e orientam o comportamento humano para o máximo de harmonia, retidão e probidade. No âmbito do MPMA, membros e servidores caracterizam-se pela mais honesta e incorruptível integridade de caráter, cujos atos e atitudes são irrepreensíveis.

### **• Eficiência, eficácia e efetividade**

Os processos e mecanismos praticados no âmbito do MPMA são realizados de modo eficiente, ou seja, segundo os princípios da administração pública (legalidade, imparcialidade, moralidade e publicidade). Além disso, são eficazes, isto é, entregam os melhores resultados para a instituição e, especialmente, para a Nação brasileira. Finalmente, as entregas são produtivas e efetivas, na medida em que causam impactos constantes, progressivos e positivos na transformação da realidade social.



Encontro Regional de Imperatriz

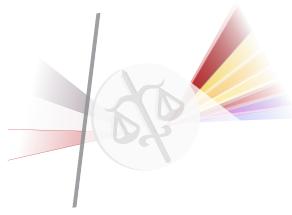
- **Proatividade**

Os integrantes do MPMA desenvolvem, de modo constante, a capacidade de antecipadamente reconhecer determinadas situações laborais e agir, no sentido de evitar ou atenuar problemas futuros, bem como aproveitar ao máximo as oportunidades, responsabilizando-se pelas próprias escolhas.

- **Transparência**

Algumas poucas informações são cobertas por sigilo legal. De resto,

mais do que um princípio constitucional aplicado à Administração Pública, a transparência se revela, para os integrantes do MPMA, como um anseio de disponibilizar, para a sociedade, programas e ações realizados ou em desenvolvimento, bem como dados institucionais relevantes, tais como: orçamento anual, execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, licitações, instrumentos contratuais e congêneres.



Participantes do En



contro Regional de Imperatriz

## **7. Síntese da Avaliação Diagnóstica**

---

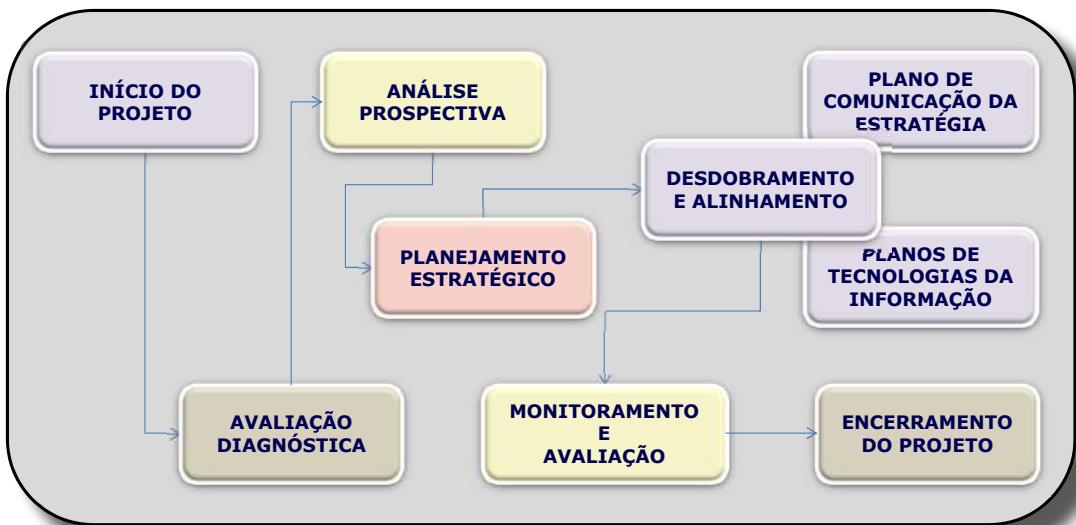


Oficina de capacitação para o Planejamento Estratégico

**A**valiação Diagnóstica teve por finalidade responder à pergunta básica: “qual é a situação do MPMA, quanto aos seus aspectos internos e em face da conjuntura externa?”  
Essa fase contou com a participação e o comprometimento de um grande número de membros e servidores e foi conduzida pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e pela Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI), com o apoio da consultoria.



Oficina de elaboração do Plano Estratégico



Fases do projeto de Planejamento Estratégico Institucional do MPMA

Alguns autores defendem, com bons argumentos, que a Intenção Estratégica nada mais é do que a primeira atividade da Avaliação Diagnóstica, sendo, portanto, parte desta. Todavia, a Metodologia FIGE — que dá suporte às atividades — preconiza esse destaque não somente pela importância da Intenção Estratégica, mas também porque as técnicas e ferramentas utilizadas são bastante diferentes. A produção e organização de conhecimentos sobre o MPMA e a conjuntura externa constituíram o cerne da Avaliação Diagnóstica, implicando coleta e busca de da-

dos e, ainda, sucessivas análises para a formatação de informações relevantes.

A variação temporal é um aspecto fundamental dessa etapa. A FIGE sugere que a Avaliação Diagnóstica fique restrita ao presente e ao passado, procurando abstrair, nesse momento, os estudos voltados para o futuro. Isso porque a Análise Prospectiva será objeto de um próximo e importante passo que, examinando o porvir — que não existe — deve obedecer a métodos e técnicas diferentes.

Outro importante fator relacionado ao tempo é o contexto conjuntural em que a Avaliação Diagnóstica foi realizada. Instituições como o MPMA são dinâmicas e, como corpos vivos da sociedade, mudam, se transformam e se adaptam de acordo com a conjuntura relacionada aos panoramas local, nacional e internacional. Por isso, vale o

registro de que as conclusões aqui apresentadas foram naturalmente influenciadas pelo contexto e pelo período em que os estudos foram efetuados. Daí a importância de, a partir do próximo ano, acompanhar e atualizar a Avaliação Diagnóstica, constante e sistematicamente, propondo eventuais e necessárias medidas corretivas.



Oficina de elaboração do Plano Estratégico



A realidade é uma e indivisível. No entanto, para facilitar a análise, ela foi examinada sob os prismas dos ambientes externo e interno. O primeiro foi estudado segundo a ótica das seguintes “dimensões da estratégia”: política, econômica, social, tecnológica, ambiental. Por sua vez, ambiente interno foi avaliado considerando os recursos: administrativos, pessoas e compe-

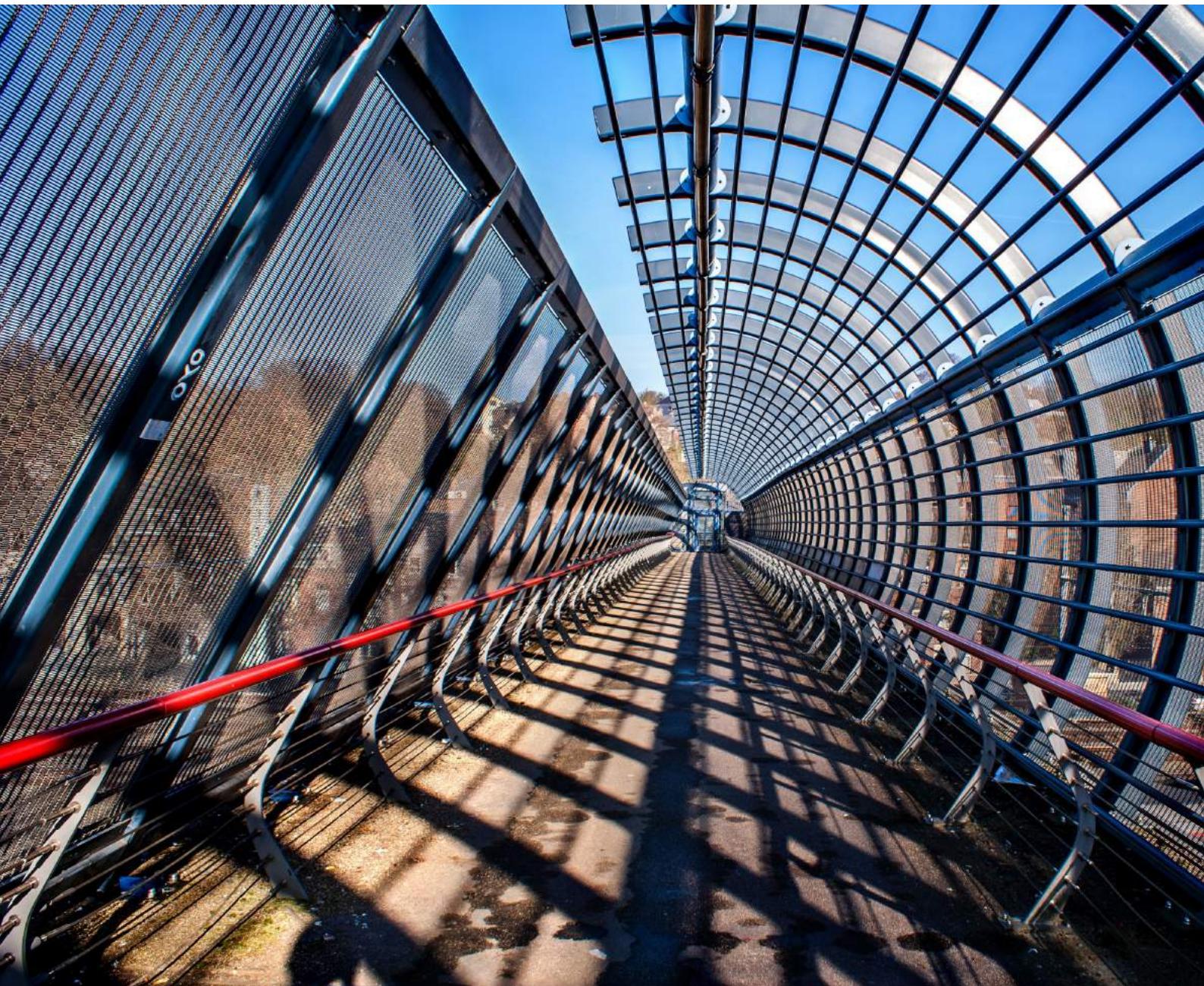
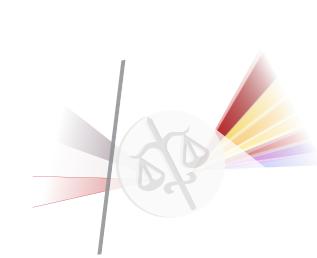
tências, tecnologias, instalações e equipamentos, e orçamento e finanças.

Para tanto, os integrantes da CGPE e da CEPEI foram divididos em 5 (cinco) grupos. Cada um ficou encarregado de realizar análises relacionadas a um recurso do ambiente externo e a uma dimensão do ambiente interno, conforme quadro.

Grupo	Recursos (ambiente interno)	Dimensões (ambiente externo)
A	Administrativos	Política
B	Pessoas e competências	Social
C	Tecnologias	Tecnológica
D	Instalações e equipamentos	Ambiental
E	Orçamento e finanças	Econômica

Grupos e áreas de estudo

Da análise do ambiente interno resultaram 24 (vinte e quatro) pontos fortes e 22 (vinte e dois) pontos fracos do MPMA. E, da análise do ambiente externo resultaram 24 (vinte e quatro) oportunidades e 20 (vinte) ameaças. O cruzamento desses fatores, em uma técnica conhecida como Análise SWOT — acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) — adaptada pela FIGE, permitiu a identificação de 38 (trinta e oito) ideias de formulação de objetivos (estratégicos, táticos e operacionais) e 29 (vinte e nove) de incertezas, como base para as atividades de Análise Prospectiva.





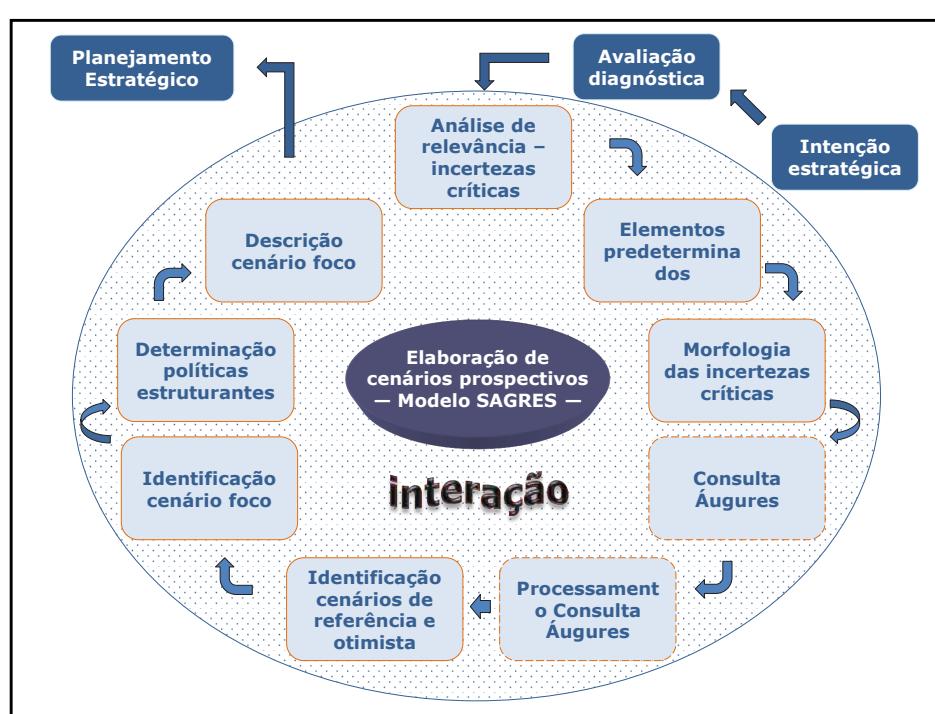
## **8. Síntese da Análise Prospectiva**

**P**ara ser consistente, o Plano Estratégico não deve ser subsidiado somente pela Avaliação Diagnóstica, com foco na conjuntura atual e no passado que a explica. Daí a necessidade de um exercício de prospectiva, incorporando incertezas e ambiguidades que, se não forem consideradas, poderão comprometer todo o esforço de análise, uma vez que mudanças ocorrem com frequência e intensidade cada vez maiores. Para tanto, a técnica para a construção de Cenários Prospectivos foi idealizada no âmbito do Instituto SAGRES, com base em uma adaptação customizada da Análise Morfológica. Esta foi desenvolvida na década de 1950 por Fritz Zwicky — astrofísico suíço e cientista aeroespacial baseado no Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech) —

como um método para estruturar e investigar complexos problemas em um conjunto de relações constantes multidimensionais e não quantificáveis. Atualmente, Tom Ritchey, da Sociedade Sueca de Morfologia, é referência no assunto.

Como em todas as outras, essa fase contou com a participação e o comprometimento de um grande número de membros e servidores e foi conduzida pela CGPE e pela CEPEI, com o apoio da consultoria.

Os Cenários Prospectivos visam a avaliar e combinar as hipóteses que compõem as incertezas consideradas críticas, dentro do horizonte temporal estabelecido (2030). As etapas para a elaboração de cenários podem ser identificadas na figura.



Etapas para a elaboração de Cenários Prospectivos.



Encontro Regional de São Luís

A Análise de Relevância permitiu reduzir as 29 (vinte e nove) incertezas levantadas ao final da Avaliação Diagnóstica em 15 (quinze) incertezas críticas (IC) e três elementos pre-determinados. A seguir, um estudo morfológico de cada IC possibilitou o desenho de 85 (oitenta e cinco) hipóteses que, combinadas, poderão indicar milhares de cenários possíveis e com bom grau de probabilidade.

Para estabelecer as combinações, ou seja, os cenários que devem subsidiar o Plano Estratégico, optou-se por uma Consulta Áugures junto a Membros e Servidores. Trata-se de uma adaptação do método Delphi, desenvolvido na RAND Corporation (Califórnia, EUA) nos anos de 1950/60. Teve origem nos Jogos de Guerra desenvolvidos pelas Forças Armadas norte-americanas durante a Segunda Guerra Mundial. Consiste na seleção de um grupo de especialistas que respondem a consultas

sobre determinado assunto, de modo a permitir a visualização das médias de suas percepções.

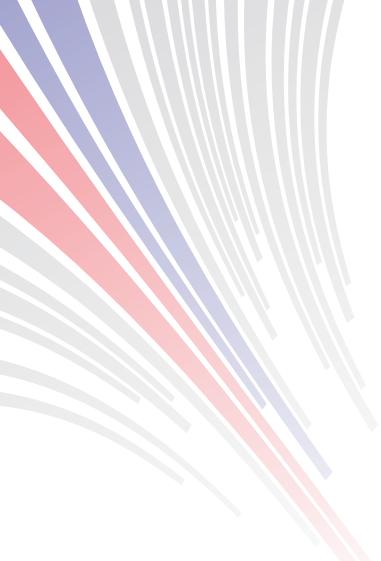
O processamento dos dados coletados na consulta permitiu identificar a melhor combinação possível para o Cenário de Referência (mais provável) e do Cenário Otimista (sem ser utópico). Da análise desses cenários resultou o Cenário Foco, ou seja, aquele que deve ser objeto da construção do melhor futuro possível, para o MPMA, em constante interação com os demais atores sociais.

Finalmente, o exame do Cenário Foco concluiu pela apresentação de seis ideias para a formulação de objetivos estratégicos, três de objetivos de contribuição e 11 (onze) de projetos táti-co-operacionais, os quais complementam os subsídios necessários para as etapas seguintes, em especial para a elaboração do Plano Estratégico.





## **9. Mapa e Objetivos Estratégicos**



**O**Planejamento Estratégico é um processo contínuo e sistemático que ampara as decisões atuais — com os riscos inerentes —, orienta a execução das atividades decorrentes e avalia os resultados, em função das expectativas.

Conforme premissa da FIGE e orientação do Conselho Nacional do Ministério Público, todos os membros e servidores foram chamados a participar, de alguma maneira, da formulação do Plano Estratégico, mesmo considerando-se a complexidade e a descentralização que caracterizam o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA).

Essa participação foi mais intensa no que se refere à identificação dos Objetivos Estratégicos, em especial nos encontros regionais, realizados em São Luís, Imperatriz e Timon. Todas as pessoas que integram o MPMA foram também convidadas a oferecer suas opiniões a distância, por intermédio da internet, durante várias semanas. Posteriormente, em diversas oficinas

de consolidação, as comissões (CGPE e CPEI), com o apoio da consultoria, discutiram e consolidaram as idéias, definiram os objetivos e os integraram em duas grandes perspectivas.

Os Objetivos Estratégicos foram descritos de modo sintético e com o verbo no infinitivo. Não são quantificados, embora sejam quantificáveis, ensenjando a elaboração de indicadores e metas. Além disso, guardam outras peculiaridades: são abrangentes, isto é, envolvem toda a organização; são orientados para o longo prazo (2030), embora os indicadores e metas fiquem restritos ao período de planejamento (2016-2021); são de responsabilidade da Alta Administração, como um todo, ou são diretamente por ela supervisionados e, em grande parte, têm foco nas entregas para a sociedade.

A seguir, foi construído o Mapa Estratégico, com perspectivas adaptadas às características e peculiaridades do MPMA: Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional; Atuação Finalística; e Entregas.



**MISSÃO**

Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justica e defesa da democracia.

**VISÃO 2021**

Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

**ENTREGAS**

Cidadania plena.

Sociedade fortalecida.

**ATUAÇÃO FINALÍSTICA**

- Qualificar a atuação para o enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.
- Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal.
- Intensificar ações integradas no combate à macrocriminalidade, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execução Penal.
- Fortalecer a atuação extrajudicial e a Mediação Comunitária.
- Intensificar as ações em defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio histórico-cultural.
- Atuar na prevenção e repressão às violações dos direitos do consumidor.
- Exigir a integralidade, a universalização e a qualidade das ações e serviços públicos de saúde.
- Exigir qualidade, garantir o acesso e estimular a permanência na Educação.

**MAPA ESTRATÉGICO 2016 - 2021**

**GESTÃO ESTRATÉGICA E INSTITUCIONAL**  
**DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**PRINCÍPIOS**

- Indivisibilidade
- Unidade
- Independência Funcional

- VALORES
- Prontidão
- Celeridade
- Transparéncia
- Acessibilidade
- Eficiência, eficácia e efetividade

- MISSÃO**
- Compromisso com o capital humano
- Ética e integridade

- PRINCÍPIOS**
- Indivisibilidade
- Unidade
- Independência Funcional
- VALORES
- Prontidão
- Celeridade
- Transparéncia
- Acessibilidade
- Eficiência, eficácia e efetividade
- MISSÃO**
- Compromisso com o capital humano
- Ética e integridade

O Mapa Estratégico é, antes de tudo, um instrumento de comunicação, por intermédio do qual a Alta Administração declara seus objetivos para o período considerado. É construído de cima para baixo e lido de maneira inversa, demonstrando uma relação de causa e efeito.

Segundo a FIGE, os princípios e valores estão na base, isto é, condicionam todas as demais atividades. Vale dizer que os objetivos devem ser alcançados, as entregas efetuadas, a visão de futuro atingida e a missão cumprida, mas sem ferir nenhum dos princípios e valores institucionais.

A seguir, demonstrando a importância e a necessidade de uma consistente estrutura voltada para as atividades-meio, encontram-se objetivos diretamente relacionados à gestão de

pessoas, bem como a outros recursos fundamentais: instalações, tecnologias de informação e comunicação (TICs) e orçamento e finanças.

Ainda no âmbito das atividades-meio, foram alocados objetivos necessários ao fortalecimento da área administrativa, com vistas a oferecer o respaldo necessário para que o MPMA possa atuar, com eficiência, eficácia, efetividade e excelência, junto à sociedade maranhense.

Com esse respaldo, foram identificados onze objetivos estratégicos voltados para a atuação finalística, cuja consecução aponta, inequivocamente, para duas sintéticas entregas: cidadania plena e sociedade fortalecida. Essas entregas, se concretizadas, permitirão atingir a visão almejada para 2021 e, finalmente, cumprir a nova



Encontro Regional de São Luís



Encontro Regional de São Luís

missão institucional: "Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e defesa da democracia".

O planejamento no nível estratégico, todavia, encerra mais uma etapa fundamental para o sucesso do MPMA. Trata-se, na sequência, de descrever os objetivos, esclarecendo eventuais dúvidas que possam surgir da leitura do modelo sintético, apropriado para inserção no Mapa. E estabelecer os indicadores e metas correspondentes a cada objetivo, os quais permitirão quantificar os avanços e aferir, nas datas preestabelecidas, os resultados alcançados.

De maneira geral, é válido afirmar que a intenção estratégica deve permanecer inalterada durante o período de planejamento (2016-2021); que os Objetivos Estratégicos podem sofrer

alguns ajustes, em função de alterações conjunturais ou de diretrizes emitidas por uma nova equipe de gestão; e que os indicadores e metas devem ser dinâmicos e objeto de revisões trimestrais, caracterizando um salutar processo de aprendizagem organizacional, devido à implementação de um novo modelo de Planejamento e Gestão Estratégica.

Assim sendo, estão apresentados, a seguir, os Objetivos Estratégicos, suas respectivas descrições e indicadores relacionados. Todavia, a formulação completa dos indicadores e metas está detalhada em anexo à presente publicação.

## Perspectiva: Atuação Finalística

**Objetivo 1:** Qualificar a atuação para o enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.

**Descrição:** Exigir a apuração e a punição célere e eficaz dos ilícitos penais e dos atos de improbidade administrativa, reduzindo a sensação de impunidade e a incidência de condutas criminosas e improbas.

**Indicadores:**

Número de Ações Ajuizadas + TACs.

Número de ações civis ajuizadas + TACs contra gestores públicos por atos de improbidade administrativa.

Número de operações realizadas no enfrentamento à corrupção e à impunidade administrativa.

Iniciativas institucionais implementadas.

**Objetivo 2:** Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal.

**Descrição:** Atuar proativamente na prevenção e repressão da criminalidade organizada em todo estado, assegurando a diminuição dos índices de sonegação fiscal e de corrupção.

**Indicadores:**

Atuação institucional judicial.

Atuação institucional extrajudicial.

**Objetivo 3:** Intensificar ações integradas no combate à macrocriminalidade, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execuções Penais.

**Descrição:** Atuar proativamente na prevenção e repressão da criminalidade organizada em todo estado. Assegurar a plenitude da atuação ministerial no controle externo da atividade policial e do efetivo cumprimento da LEP.

**Indicadores:**

Número de inspeções ministeriais nas unidades prisionais do Estado.

Índice de denúncias sobre macrocriminalidade.

Número de inspeções ministeriais nas Delegacias de Polícia do Estado e unidades militares.



**Objetivo 4:** Fortalecer a atuação extrajudicial e a Mediação Comunitária.

**Descrição:** Incentivar os meios alternativos de solução de conflitos nos procedimentos com atuação extrajudicial do Ministério Pùblico.

**Indicadores:**

Soluções Extrajudiciais (Corregedoria e Promotoria Comunitária Itinerante).

**Objetivo 5:** Intensificar as ações em defesa do meio ambiente, urbanismo e patrimônio histórico-cultural.

**Descrição:** Defender o ambiente em seu conceito amplo, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, qualidade ambiental e a preservação do meio ambiente.

**Indicadores:**

Índice de ações civis propostas contra municípios pela inexistência de plano municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

Índice de ações judiciais e/ou termos de ajustamento de conduta celebrados com municípios para implementação de Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Número de municípios com plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

**Objetivo 6:** Atuar na prevenção e repressão às violações dos direitos do consumidor.

**Descrição:** Promover o equilíbrio nas relações de consumo, atuando pela garantia do acesso, qualidade e segurança dos produtos e serviços disponibilizados no mercado, de forma a propiciar uma ordem econômica equitativa, fomentando a educação para o consumo consciente.

**Indicadores:**

Número de ações judiciais propostas e TACs firmados em defesa coletiva dos direitos do consumidor.

Valor arrecadado em ações e TAC's para indenização de danos aos consumidores.

Número de iniciativas em defesa dos direitos do consumidor.

**Objetivo 7:** Exigir a integralidade, a universalização e a qualidade das ações e serviços públicos de saúde.

**Descrição:** Atuar para que os serviços de saúde sejam prestados de forma a garantir o atendimento integral e universal com qualidade.

**Indicadores:**

Número de leitos de UTI por habitante no Estado.

Ações de intervenção judicial ou TACs firmados em garantia do direito à saúde.

Número de intervenções extrajudiciais junto às unidades públicas de saúde.

Número de unidades de atendimento oncológico em funcionamento nas cidades "Portas de Entrada do SUS".

**Objetivo 8:** Garantir o acesso, estimular a permanência e exigir qualidade na Educação.

**Descrição:** Assegurar para que todos tenham acesso à educação de qualidade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, bem como para que as ações e serviços de saúde sejam prestados de forma a garantir o atendimento integral e universal com qualidade.

**Indicadores:**

Número de municípios participantes do Programa Interinstitucional "Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses".

Número de inspeções e vistorias nas escolas (infraestrutura, alimentação, transporte, formação de professores etc.).

Iniciativas institucionais.

**Objetivo 9:** Exigir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas.

**Descrição:** Fiscalizar a aplicação e execução das medidas socioeducativas em conformidade com a normativa (ECA/SINASE/Planos).

**Indicadores:**

Índice de planos socioeducativos criados e implantados em âmbito estadual e municipais.

Número de iniciativas de solução alternativa de conflitos – Justiça Restaurativa (SINASE).



**Objetivo 10:** Intensificar as ações de proteção integral e prioritária da criança e do adolescente.

**Descrição:** Fortalecer o paradigma de proteção integral preconizado no ECA.

**Indicadores:**

Número de municípios com o Fundo da Infância criado e regulamentado, conforme normativos do CONANDA e da Receita Federal.

Número de municípios com Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2011 – 2020) criado e implantado.

Número de municípios com programa de acolhimento familiar criado, implantado e estruturado.

Índice de respostas do Disque 100.

Índice de implantação do Módulo Criança e Adolescente (MCA).

**Objetivo 11:** Defender os interesses de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade familiar, social e econômica.

**Descrição:** Promover a defesa dos direitos das pessoas idosas, das pessoas com deficiências, e demais pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade.

**Indicadores:**

Ações judiciais e instauração de procedimentos administrativos com base no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

Ações judiciais e instauração de procedimentos administrativos.

Ações judiciais e instauração de procedimentos administrativos com base no Estatuto da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Iniciativas institucionais implementadas.

## Perspectiva: Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional

### Objetivo 12: Desenvolver cultura organizacional de planejamento e gestão.

**Descrição:** Implementar no MPMA, de maneira efetiva e integrada, a cultura de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, também conhecida como Gestão para Resultados. Esse processo de mudança irá permitir a adoção das melhores práticas de gestão no Ministério a partir de experiências bem sucedidas na Administração Pública.

#### Indicadores:

Índice de Cumprimento das Metas do Plano Estratégico.

Índice de Unidades com desdobramento da estratégia em execução.

### Objetivo 13: Otimizar a gestão administrativa e os processos de trabalho.

**Descrição:** Elaborar e implantar projeto de gestão de processos envolvendo inicialmente mapeamento, fluxogramação, proposição e implementação de melhorias, manualização e informatização naquilo que couber. Deverá envolver capacitação para a nova estrutura de processos e macroprocessos.

#### Indicadores:

Número de processos de trabalho otimizados.

Índice de tempo médio de tramitação das demandas.

### Objetivo 14: Conciliar o princípio da Independência Funcional com as diretrizes institucionais.

**Descrição:** Promover a atuação articulada dos membros, respeitando as normas administrativas e as diretrizes emanadas da administração superior.

#### Indicadores:

Índice de adesão das unidades de execução com atribuição aos Programas Institucionais.

Índice de cumprimento das metas pelas unidades de execução com atribuição que aderiram aos programas.



**Objetivo 15:** Aperfeiçoar os canais de comunicação internos e externos.

**Descrição:** Consolidar canais de comunicação em todo o âmbito do MPMA, de forma a possibilitar um fluxo ágil e confiável de informações entre os profissionais da Instituição. Em última instância, objetiva-se alinhar cada membro e servidor nas atividades operacionais e funcionais do MPMA.

**Indicadores:**

Índice de avaliação das campanhas institucionais.

Quantidade de inserções positivas na mídia.

Tempo médio de retorno da Ouvidoria ao cidadão, bem como da Lei de Acesso à Informação.

Percentual de Promotores de Justiça que receberam capacitação sobre a Política de Comunicação Institucional ou Mídia Training.

**Objetivo 16:** Ampliar a segurança institucional aos membros e servidores.

**Descrição:** Visa estabelecer níveis mais elevados de segurança institucional aos membros e servidores em atividades laborativas, dando-lhes melhores condições de atuar e defender os propósitos do Ministério Público.

**Indicadores:**

Número de iniciativas de segurança institucional implementadas, conforme Plano de Ações do GAEKO.

Grau de segurança institucional oferecido aos membros e servidores.

**Objetivo 17:** Ampliar a atuação especializada e implementar sua regionalização.

**Descrição:** Trata de proposta de ampliação da atuação especializada, regionalização no que for possível e fortalecimento da estrutura do MPMA, dando-lhe melhores condições de cumprir sua missão institucional.

**Indicadores:**

Percentual de reestruturação dos CAOps.

Percentual de regionalização das Promotorias Especializadas e ou Grupos de Promotores Itinerantes.

Número de atividades de assessoramento descentralizadas.

Índice de integração entre os CAOps.

Índice de celeridade no atendimento ao cidadão.

**Objetivo 18:** Ampliar as parcerias institucionais com outros órgãos nas diversas áreas de atuação.

**Descrição:** Aumentar o número de Parcerias e Termos de Cooperação estabelecidos entre os poderes e órgãos do Estado e o MPMA, para conduzir ações e iniciativas de interesse comum. Esses instrumentos poderão também ocorrer entre o MPMA e instituições da sociedade civil e da iniciativa privada, agregando conhecimento e fortalecendo as atividades.

**Indicadores:**

Número de parcerias firmadas com outras instituições.

Efetividade dos Termos de Cooperação e Parcerias Institucionais vigentes.

**Objetivo 19:** Implantar política institucional de práticas sustentáveis.

**Descrição:** O objetivo ter por finalidade buscar permanente otimização e racionalização dos recursos públicos, redução de despesas correntes e implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

**Indicadores:**

Percentual de implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Índice Médio de Economicidade de Despesas Correntes.



**Objetivo 20:** Implantar modelo de gestão de pessoas com foco em competências e resultados.

**Descrição:** Elaborar e implantar o Projeto de Gestão por Competências no âmbito do MPMA.

**Indicadores:**

Percentual de implantação do modelo de gestão por competências.

**Objetivo 21:** Aperfeiçoar a política de capacitação e desenvolvimento.

**Descrição:** O presente objetivo estratégico tem por finalidade:

- Aprimorar o Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento no âmbito do MPMA, para identificar as deficiências e necessidades, bem como potenciais multiplicadores.
- Elaborar capacitação específica para membros e servidores que assumirem a gestão de Unidades ou Coordenadorias (PDL – Plano de Desenvolvimento de Lideranças).
- Aprimorar o Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento no âmbito do MPMA, utilizando a modalidade EaD.

**Indicadores:**

Índice de cumprimento do Plano Anual de Capacitação.

Percentual de gestores capacitados em competências gerenciais.

Percentual de capacitação do MPMA na modalidade EaD.

**Objetivo 22:** Adequar o quadro funcional às necessidades da instituição.

**Descrição:** Este Objetivo estratégico tem por finalidade:

- Manter o quantitativo do Quadro de Pessoal provido.
- Dimensionar o Quadro de Pessoal de acordo com as demandas de mão-de-obra, por Unidade Administrativa.

**Indicadores:**

Percentual de efetivo existente sobre o previsto.

Percentual de efetivo existente sobre o ideal.

**Objetivo 23:** Aprimorar a política Institucional de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho.

**Descrição:** Elaborar e implantar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional no âmbito do MPMA (PCMSO).

**Indicadores:**

Percentual de implantação e acompanhamento do PPRA e PCMSO.

Índice de absenteísmo.

**Objetivo 24:** Assegurar infraestrutura física adequada às necessidades institucionais.

**Descrição:** Garantir infraestrutura física adequada às necessidades do MPMA. Aprimorar a política de manutenção da infraestrutura. Elaborar projetos para reforma ou construção de prédios respeitando os conceitos de acessibilidade e segurança.

**Indicadores:**

Nível de adequação da infraestrutura física.

Número de imóveis regularizados.

**Objetivo 25:** Efetivar melhores práticas de governança de TI.

**Descrição:** Aprimorar as utilização de boas práticas de Governança de TI atentando aos padrões de referência do mercado.

**Indicadores:**

Índice de cumprimento dos projetos e ações do PDTI nos prazos estabelecidos.

Índice de Governança de TI.



**Objetivo 26:** Aperfeiçoar a infraestrutura e a segurança de TI.

**Descrição:** Garantir a modernização da infraestrutura tecnológica do Ministério Público do Maranhão oferecendo softwares e equipamentos que atendam aos objetivos da instituição alinhados às melhores práticas de mercado no que tange à tecnologia e segurança da informação.

**Indicadores:**

Índice de investimentos em TI realizados sobre o que foi planejado.

Índice de aderência da instituição à política de segurança da informação.

Quantidade de projetos de modernização tecnológica desenvolvidos.

**Objetivo 27:** Otimizar a execução orçamentária.

**Descrição:** Melhorar a qualidade do gasto público por meio da eliminação do desperdício e da implementação de melhoria contínua na gestão dos processos.

**Indicadores:**

Índice de Economicidade de Despesas Correntes.

Agilidade dos processos licitatórios.

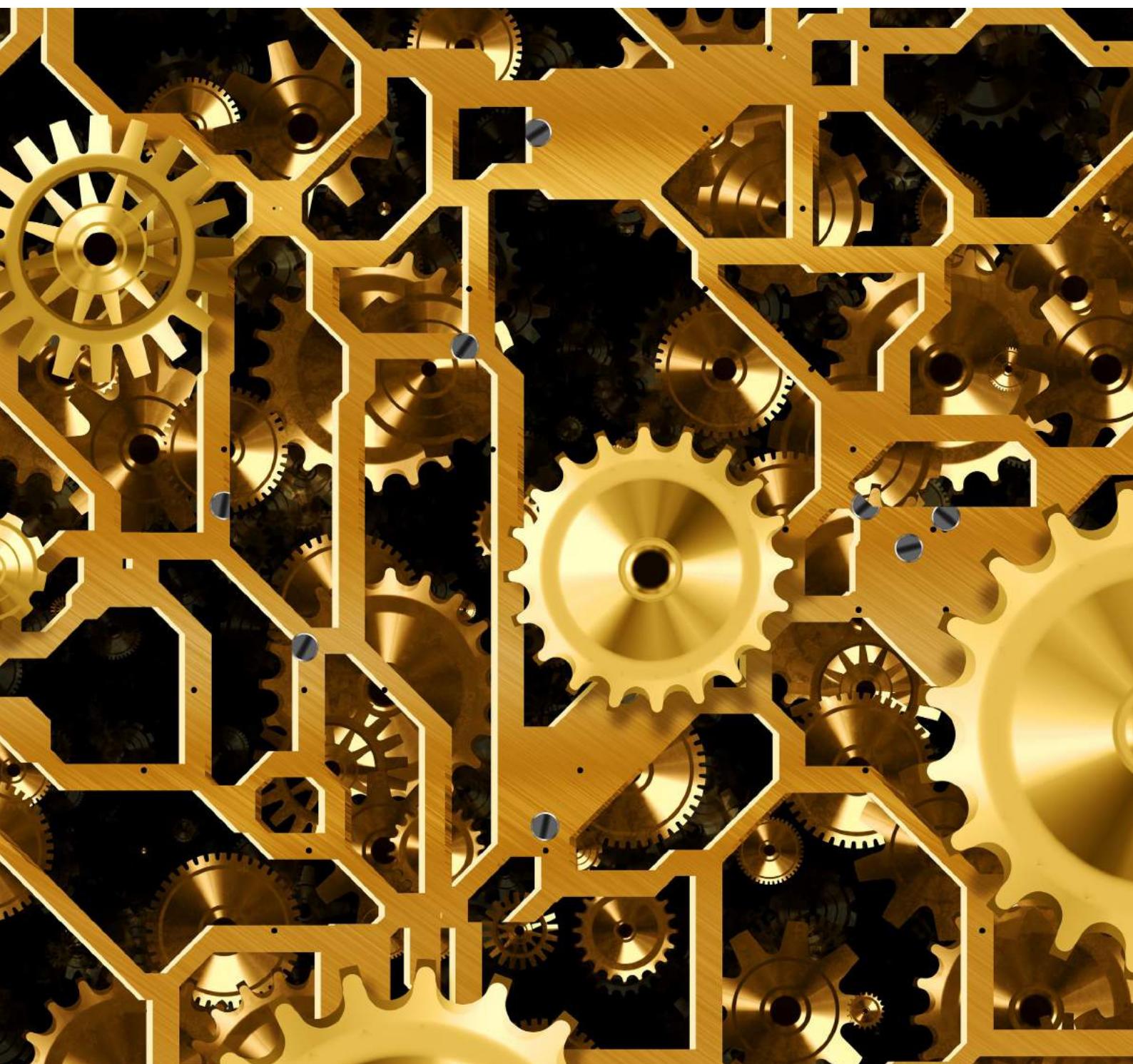
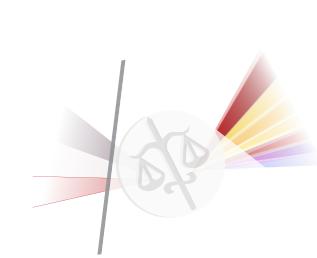
**Objetivo 28:** Captar recursos externos.

**Descrição:** Buscar, por meio de fundos, convênios e parcerias nos setores público e privado, bem como junto a entidades de fomento, recursos desvinculados de repasse do tesouro do Estado.

**Indicadores:**

Índice de captação.

Relação Captação x Receita Total.





## 10. Projetos Estruturantes

# C

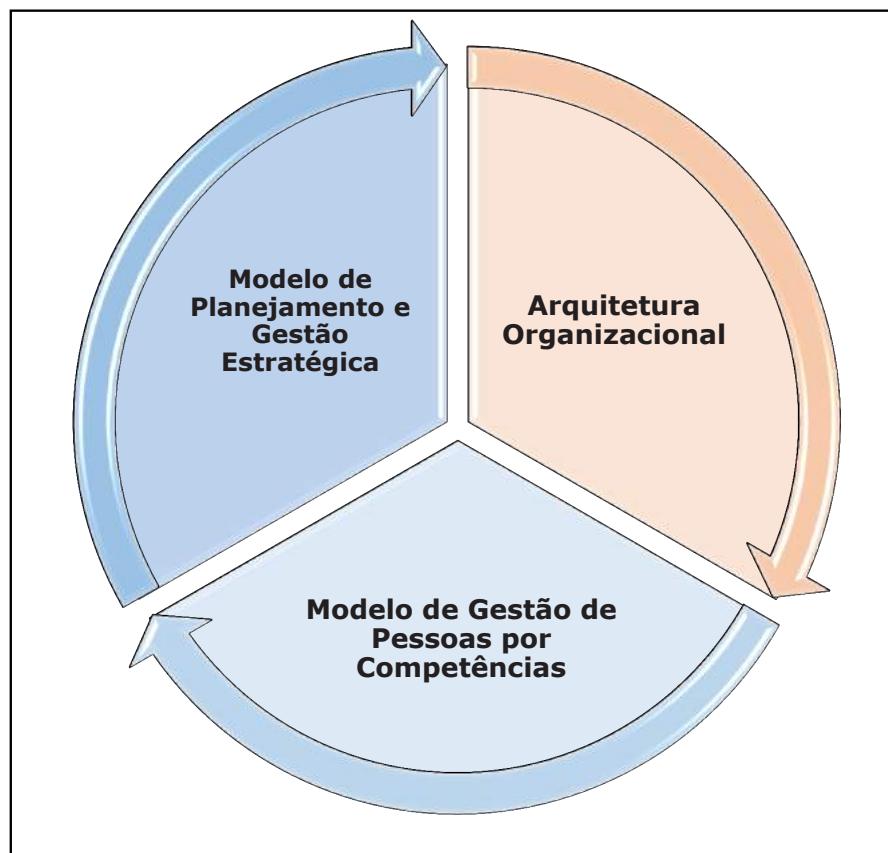
Conforme preconiza a metodologia FIGE — Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, projetos estruturantes apresentam caráter estratégico, sincronizam o bom andamento de outros projetos e convergem os conceitos de integração, transversalidade e visão sistêmica. Além disso, exprimem as maiores prioridades relativas à gestão e exigem ampla concentração de esforços e meios para o seu desenvolvimento.

São, portanto, estruturantes os projetos cujos resultados estão atrelados à implementação de outros projetos, dadas as características integradoras que envolvem a convergência de es-

forços multidisciplinares e, por vezes, afetam paradigmas estabelecidos na formalização das estruturas e na divisão e realização dos trabalhos. Não raro, têm por finalidade promover mudanças profundas nos métodos de trabalho praticados e conduzir a organização à sua visão de futuro.

Com observância a essas características básicas, foram definidos no âmbito do Plano Estratégico 2016-2021 do MPMA, três Projetos Estruturantes (ver figura):

- Arquitetura Organizacional
- Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica
- Modelo de Gestão de Pessoas por Competências



Projetos estruturantes do MPMA – Plano estratégico 2016-2021



### **Projeto Estruturante 1 — Arquitetura Organizacional.**

A Arquitetura de uma organização consiste em um modelo que pode ser usado para representar seu completo ciclo de vida, auxiliando o processo de gestão e o inter-relacionamento entre as diversas áreas, com ênfase nas funções e tarefas. Vale dizer que Arquitetura Organizacional é a forma de articulação entre as estruturas que integram a instituição.

Para o Ministério P\xfablico do Estado do Maranhão (MPMA), este projeto, tendo como base a Avaliação Diagn\xf3stica e a Análise Prospectiva, será destinado a redesenhar o organograma institucional, tendo como pano de fundo a otimização dos macroprocessos de trabalho, a supressão de eventuais disfunções e a fluidez na interação entre as unidades orgânicas.

Posteriormente, com base nos resultados dos demais projetos estruturantes — Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica e Modelo de Gestão de Pessoas por Competências — bem como mapeamento e melhoria de processos, antecipadamente visualizado como decorrência do Objetivo Estratégico “otimizar a gestão administrativa e os processos de trabalho”, outras modificações e aperfeiçoamentos na Arquitetura Organizacional serão levados a efeito, caracterizando o dinamismo que deve pautar as boas práticas

administrativas atuais.

### **Projeto Estruturante 2 — Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica.**

A palavra modelo, derivada do latim modulus, remete à forma de ordenamento das partes que compõem um conjunto, servindo de exemplo ou norma de determinada situação. Assim sendo, um modelo de Planejamento e Gestão Estratégica deve abranger todas as etapas do ciclo de gestão: os diferentes níveis de planejamento, a execução e o monitoramento e, por fim, a avaliação de resultados.

Normalmente, modelos concebidos em diferentes épocas e adotados por diferentes organizações se valeram de práticas e ferramentas metodológicas para sua formulação, tais como “administração por objetivos, reengenharia, círculos da qualidade, Gesp\xfublica” e tantos outros, alguns focando apenas parte do conhecido ciclo de gestão.

No âmbito do MPMA, o Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica tem como alicerce a metodologia FIGE, cuja integração de ferramentas empresta flexibilidade e customização, tendo em vista a natureza e as especificidades institucionais.

Um bom modelo deve funcionar como um amplo pano de fundo para tudo o que for realizado ou produzido pela organização, orientando e consolidan-

do informações de todas as áreas, ao tempo em que concilia e respeita os estilos de liderança, a cultura institucional, as crenças e os valores consolidados.

O modelo se completa com técnicas e práticas permanentes de aferição, coleta, monitoramento e avaliação dos resultados. Além disso, prima pela constante comunicação da estratégia com todas as partes interessadas e valoriza permanentemente o desenvolvimento das pessoas e a qualidade de vida no trabalho. Seus gestores devem ter em vista a configuração de um ascendente espiral de mudanças positivas, impulsionando a instituição para o alcance da visão e para o cumprimento integral de sua missão.

### **Projeto Estruturante 3 — Modelo de Gestão de Pessoas com Foco em Competências e Resultados.**

No âmbito das instituições do setor público, os modelos de gestão de pessoas por competências já não representam somente uma tendência, firmando-se

como realidade em crescente aceitação. Para facilitar o alinhamento geral desses modelos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) formulou o decreto Nº 5.707/2006 que, para sua implementação em maior escala contou com esforços compartilhados da maioria das escolas de governo federais e estaduais, as quais contribuíram enormemente para sua disseminação e internalização.

Com base nessas premissas, o modelo a ser formulado e implantado no âmbito do MPMA será resultante do desdobramento do Objetivo Estratégico “implantar modelo de gestão de pessoas com foco em competências e resultados”, o qual incorpora diversas articulações anteriores já realizadas, tendo como referência experiências bem sucedidas em outros ministérios públicos estaduais.

As melhores práticas, todavia, recomendam que um modelo de gestão de pessoas por competências seja formulado e implementado somente após a



Encontro Regional de São Luís



Encontro Regional de São Luís

realização do mapeamento, da esquematização dos fluxos e da melhoria dos processos de trabalho, envolvendo, quando couber, a sua automação.

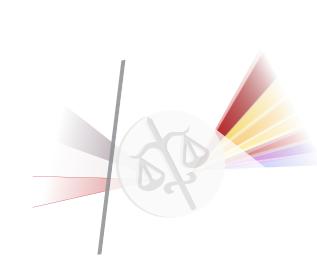
Com os processos e macroprocessos otimizados, as fases de definição de competências e do mapeamento dos "gaps" ou lacunas de competências assumem outro nível de consistência, uma vez que a atividade de execução de processos, no cotidiano organizacional, consome a maior parte da energia e do tempo da força de trabalho.

### **Implementação dos Projetos Estruturantes**

Cada um dos projetos estruturantes será objeto de desdobramento e

alinhamento, na próxima fase, quando serão elaborados os planos de ação correspondentes, contemplando: responsáveis, macroações inerentes e suas justificativas, indicadores e metas, locais, diretrizes da alta administração, áreas envolvidas, finalidades, estimativa de custos e cronograma de execução.

Desse modo, respeitando-se as limitações de pessoal e as restrições de prazo, tempo e recursos disponíveis, será possível direcionar esforços no sentido de promover um verdadeiro salto de qualidade, em busca da excelência exigida pela sociedade maranhense para o seu Ministério Público.





## 11. Próximos Passos



**A**finalização e divulgação do Plano Estratégico representa um marco fundamental para o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), porque sintetiza e torna explícitas as diretrizes que irão orientar os destinos da instituição pelos próximos cinco anos.

É importante ressaltar, todavia, que este não é o fim e sim o princípio do macroprocesso de Planejamento e Gestão. Vale dizer que as etapas posteriores são imprescindíveis para o su-

cesso do MPMA, em todos os níveis.

Na sequência, estão previstos os trabalhos de desdobramento e alinhamento da estratégia, com a elaboração dos planos tático-operacionais de determinadas áreas, incluindo objetivos e mapas de contribuição, portfólio de projetos e iniciativas, planos de ação e respectivos indicadores e metas. Além disso, serão também elaborados o Plano de Comunicação da Estratégia, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).



Encontro Regional de São Luís



Encontro Regional de São Luís

A seguir, será promovida a instalação, operação e treinamento relativos ao software Gestão Estratégica, que dará suporte às atividades de Monitoramento e Avaliação, cujo modelo se completa com a organização da coleta dos dados relativos aos indicadores estabelecidos, em todos os níveis, bem como da implementação das Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO), Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE). Essas periódicas reuniões serão realizadas em Sala de Gestão, que armazenará

e disponibilizará os dados e informações necessários para os exames e análises.

Uma vez completo, esse novo modelo de Planejamento e Gestão permitirá um inédito salto de qualidade, fundamental para que o Ministério Pùblico do Estado do Maranhão atinja sua visão de futuro, em 2021, qual seja “consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social”.





Encontro Regional de São Luís

## 12. Participantes



Mosaico de fotos dos eventos de Planejamento Estratégico



## Agradecimentos especiais

Os trabalhos de elaboração do Plano Estratégico do Ministério P\xfablico do Estado do Maranhão (MPMA) não seriam consistentes sem a participação ativa e determinada de seus integrantes, aportando opiniões, ideias, dados, informações e conhecimentos fundamentais para a declaração da Intenção Estratégica, para a Avaliação Diagnóstica, para a Análise Prospectiva e para a consolidação dos Objetivos Estratégicos e correspondentes indicadores e metas. Ao todo, 78 (setenta e oito) membros e 197 (centos e noventa e sete) servidores se fizeram presentes em pelo menos um dos 18 (dezessete) encontros realizados, conforme listagem nas páginas a seguir.

Importante registrar ainda, os apoios institucionais:

- ✓ Escola Superior do Ministério P\xfablico (ESMP), na cessão das instalações para as oficinas realizadas no âmbito da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e da Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI);
- ✓ Corregedoria Geral do Ministério P\xfablico;
- ✓ Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;
- ✓ Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos;
- ✓ Associação do Ministério P\xfablico do Estado do Maranhão (AMPEM), pela cessão das instalações para o encontro regional de São Luís, no dia 26 de fevereiro de 2016, que permitiu a reunião de 115 membros e servidores do MPMA.
- ✓ Associação dos Funcionários da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (ASFUPEMA);
- ✓ Sindicato dos Servidores do Ministério P\xfablico do Estado do Maranhão (SINDSEMP-MA).

Nosso destaque e nossos especiais agradecimentos a determinados componentes da CGPE e da CEPEI, a seguir listados, que participaram intensamente da maior parte dos encontros, da confecção dos produtos e serão essenciais para o Desdobramento e Alinhamento da Estratégia, bem como para as atividades de Monitoramento e Avaliação.

- Fabiola Fernandes Faheina Ferreira - Promotora de Justiça - Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais
- Frederik Bacellar Ribeiro - Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz
- José Augusto Cutrim Gomes - Promotor de Justiça
- Luiz Gonzaga Martins Coelho - Promotor de Justiça - Diretor Geral do MPMA
- Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça da Comarca de Santa Inês

- Raimundo Nonato Leite Filho - Promotor de Justiça da Comarca de Alcântara
- Andrea de Melo Nogueira Duarte - Chefe do Cerimonial
- Carla Costa Pinto - Assessora Jurídica - CAOp/Infância e Juventude
- Cláudio Marcelo Araújo Amorim - Chefe da Assessoria de Planejamento
- Eliandro Romulo Cruz Araujo - Analista Ministerial - Coordenação de Gestão de Pessoas
- Fábio Rafael Viana Lobato da Silva - Analista Ministerial - Assessoria de Auditoria Interna
- Johellton Sousa Gomes - Analista Ministerial - Coordenador de Comunicação Social
- Letice Câmara França - Analista Ministerial - CAOUMA
- Lúcia Helena Saraiva de Oliveira - Analista Ministerial - Coordenação de Gestão de Pessoas
- Lucina Macedo Medeiros - Analista Ministerial - Coordenadoria de Comunicação Social
- Luselias Soares Sales Lopes - Analista Ministerial - Assessoria de Planejamento
- Naissandra Mota Silva - Assessor Técnica III - CAOp/Infância e Juventude
- Pâmela Neves de Oliveira - Analista Ministerial - Assessoria de Controle Interno
- Rafael Rocha Ribeiro - Analista Ministerial - Diretoria Geral
- Roseane Brandão Pantoja - Coordenadora de Administração
- Shirley Serrador de Assis - Assessora Técnica I - Subcoordenadoria para Assuntos Administrativos
- Suzana Fernandes Rocha - Técnica Ministerial - Secretaria de Administrativo-Financeira
- Thiago Nunes de Sousa - Analista Ministerial - Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação
- Tiago Barbosa Santos - Técnico Ministerial - Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura
- Valéria Cristina Trancoso Prazeres Vieira - Analista Ministerial - CAOp/Educação
- Walter da Conceição Andrade Braga - Analista Ministerial - Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

Por fim, agradecemos aos servidores a seguir citados, pertencentes às comissões, que enriqueceram os trabalhos e facilitaram o intercâmbio de ideias, em mais de cinco eventos realizados:

- Abimael Freitas Lopes - Técnico Ministerial - Coordenadoria de Documentação e Biblioteca
- Francisco Fernando Zaque Monte - Assessor Técnico do CAOp/Criminal



- Gabriela Macário Carvalho - Assessora Técnica III - CAOp/Saúde
- Ivoneide Queiroz Santos - Analista Ministerial - Coordenadora de Gestão de Pessoas
- José de Ribamar Rodrigues Furtado - Coordenador de Serviços Gerais
- Kelia Cristina Martins Silva - Técnica Ministerial - Assessoria Especial
- Maria Emilia Martins Silva de Oliveira - Analista Ministerial e Assessora-Chefa de Controle Interno
- Patrícia Gomes Cardoso - Técnica Ministerial - Coordenadoria de Administração
- Pedro Afonso Cruz Britto - Assessor Técnico da Ouvidoria
- Rômollo de Sá Malta - Técnico Ministerial - Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



Mosaico de fotos dos eventos de Planejamento Estratégico

PARTICIPANTES PROCURADORES E PROMOTORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1 Regina Lucia de Almeida Rocha	Procuradora-Geral de Justiça	✓																
2 Mariléa Campos dos Santos Costa	Procuradora de Justiça Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz	✓																
3 Albert Lages Mendes	Promotor de Justiça - Diretor das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz	✓																
4 Alenilton Santos da Silva Junior	Promotora de Justiça - Promotora de Justiça - Assessora da Procuradora-Geral de Justiça	✓																
5 Alessandra Darub Alves	Promotora de Justiça - Promotora de Justiça - Assessora da Procuradora-Geral de Justiça	✓																
6 Alineide Martins Rabelo Costa	Promotor de Justiça da Comarca de Mirinzal	✓																
7 Alistelman Mendes Dias Filho	Promotora de Justiça - Diretora da Escola Superior do Ministério Público	✓	✓															
8 Ana Teresa Silva de Freitas	Promotor de Justiça da Comarca de Timon	✓																
9 Antonio Borges Nunes Junior	Promotor de Justiça da Comarca de Cedral	✓																
10 Ariano Tercio Silva de Aguiar	Promotora de Justiça da Comarca de São José de Ribamar	✓																
11 Blanca Sekeff Salem Rocha	Promotora de Justiça da Comarca de Estreito	✓																
12 Camila Gaspar Leite	Promotora de Justiça da Comarca de Anajatuba	✓																
13 Carla Tatiana Pereira de Jesus																		
14 Carlos Augusto Soares																		
	TOTAL	12.4.16	11.4.16	31.3.16	16.3.16	15.3.16	Enc Reg São Luis	Enc Reg Imperatriz	Enc Reg Timon									



PARTICIPANTES PROCURADORES E PROMOTORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS										TOTAL						
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
15 Carlos Rostão Martins Freitas	Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz	✓																1
16 Cassius Guimaraes Chai	Promotor de Justiça	✓	✓															2
17 Cláudio Borges dos Santos	Promotor de Justiça da Comarca de Pindaré Mirim	✓																1
18 Cristiane Carvalho de Melo Monteiro	Promotora de Justiça da Comarca de Caxias																	
19 Domingos Eduardo da Silva	Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz	✓																
20 Doracy Moreira Reis Santos	Promotora de Justiça - Chefe de Gabinete da Corregedoria do Ministério Público	✓	✓															4
21 Douglas Assunção Nojosa	Promotor de Justiça da Comarca de Chapadinha	✓																
22 Eduardo Antonio Ferreira Zaque	Promotor de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca	✓																1
23 Eduardo Borges Oliveira	Promotor de Justiça da Comarca de Timon																	1
24 Érica Ellen Beckman da Silva	Promotora de Justiça da Comarca de Morros																	1
25 Fábio Henrique Meirelles Mendes	Promotor de Justiça da Comarca de João Lisboa																	1
26 Fábio Menezes de Miranda	Promotor de Justiça da Comarca de Timon																	1
27 Fabiola Fernandes Faheina Ferreira	<b>Promotora de Justiça - Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	11

PARTICIPANTES PROCURADORES E PROMOTORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS												TOTAL				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
28 Fernando Evelim de Miranda Menezes	Promotor de Justiça da Comarca de Timon	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
29 Flávia Valéria Nava Silva	Promotora de Justiça	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
30 Francisco de Aquino	Promotor de Justiça	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
31 Francisco Fernando de Moraes Menezes Filho	Promotor de Justiça da Comarca de Timon	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
<b>32 Frederik Bacellar Ribeiro</b>	<b>Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz</b>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<b>7</b>								
33 Gabriel Sodré Gonçalves	Promotor de Justiça da Comarca de Porto Franco	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		2								
34 Geraludes Mendonça Castro	Promotora de Justiça da Comarca de São José de Ribamar	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
35 Gilberto Câmara França Júnior	Promotor de Justiça da Comarca de São Luís	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
36 Glauce Mara Lima Malheiros	Promotora de Justiça da Comarca de Açaílândia	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
37 Gleudson Malheiros Guimarães	Promotor de Justiça da Comarca de Açaílândia	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
38 Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiwa	Promotora de Justiça da Comarca de Zé Doca	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
39 João José e Silva Veras	Promotor de Justiça da Comarca de Icatu	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
40 José Alexandre Rocha	Promotor de Justiça da Comarca de São Luís	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		1								
<b>41 José Augusto Cutrim Gomes</b>	<b>Promotor de Justiça</b>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<b>6</b>								
42 José Cláudio Alamada Lima Cabral Marques	Promotor de Justiça - Coordenador do CAOP/Criminal	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>		2								



PARTICIPANTES PROCURADORES E PROMOTORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS										TOTAL						
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
43 Justino da Silva Guimarães	Promotor de Justiça - Assessor-Chefe da Procuradora-Geral de Justiça																	1
44 Karina Freitas Chaves	Promotora de Justiça	✓																1
45 Karine Guará Brusaca Pereira	Promotora de Justiça da Comarca de Santa Rita																	1
46 Letícia Teresa Sales Freire	Promotora de Justiça da Comarca de Acaílândia																	1
47 Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira	Promotor de Justiça da Comarca de Viana																	1
48 Lúcio Leonardo Froz Gomes	Promotor de Justiça da Comarca de Santa Luzia																	1
<b>49 Luiz Gonzaga Martins Coelho</b> <b>MPMA</b>	<b>Promotor de Justiça - Diretor Geral do MPMA</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>13</b>
50 Márcia Moura Maia	Promotora de Justiça da Comarca de São Luís																	1
51 Marco Antonio Santos Amorim	Promotor de Justiça																	1
52 Marco Aurélio Batista Barros	Promotor de Justiça da Comarca de São Luís																	1
<b>53 Marco Antonio Santos Amorim</b>	<b>Promotor de Justiça da Comarca de Santa Inês</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>6</b>
54 Maria do Nascimento Carvalho Serra	Promotora de Justiça da Comarca de São João Batista																	1
55 Maria Luciane Lisboa Belo	Promotora de Justiça da Comarca de São Luís																	1

PARTICIPANTES PROCURADORES E PROMOTORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
56 Nacor Paulo Pereira dos Santos	Promotor de Justiça	✓																
57 Nadja Veloso Cerqueira	Promotora de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar																	
58 Nahyma Ribeiro Abas	Promotora de Justiça da Comarca de Imperatriz																	
59 Newton de Barros Bello Neto	Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz																	
60 Ossian Bezerra Pinho Filho	Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz																	
61 Paula Gama Cortez	Promotora de Justiça da Comarca de Buriti Bravo																	
62 Paulo Silvestre Avelar Silva	Promotor de Justiça da Comarca de São Luís																	
63 Pedro Lino Silva Curvelo	Promotor de Justiça da Comarca de São Luís																	
64 Peterson Armando Azevedo de Abreu	Promotor de Justiça da Comarca de Olinda Nova do Maranhão																	
<b>65 Raimundo Nonato Leite Filho</b>	<b>Promotor de Justiça da Comarca de Alcântara</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>14</b>	
66 Raquel Madeira Reis	Promotora de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar																	
67 Renato Madeira Reis	Promotor de Justiça da Comarca de Bequimão																	
68 Romero Lucas Rangel Piccoli	Promotor de Justiça da Comarca de Caxias																	
69 Rosana Conceição Gonçalves	Promotora de Justiça - Escola Superior do Ministério Público																	



PARTICIPANTES PROCURADORES E PROMOTORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
70 Samira Mercês dos Santos	Promotora de Justiça da Comarca de Açaílândia																1	
71 Sandra Soares de Pontes	Promotora de Justiça da Comarca de Imperatriz																1	
72 Saulo Macieira	Promotor de Justiça																1	
73 Sirlei Castro Aires Rodrigues	Promotora de Justiça - Chefe de Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça																2	
74 Tarcisio José Sousa Bonfim	Promotor de Justiça - Presidente da AMPEM																2	
75 Tharles Cunha Alves	Promotor de Justiça da Comarca de Caxias																1	
76 Tiago Carvalho Rohrr	Promotor de Justiça da Comarca de Cantanhede																1	
77 Uiuara de Melo Medeiros	Promotora de Justiça da Comarca de Imperatriz																1	
78 Williams Silva de Paiva	Promotor de Justiça da Comarca de Caxias																1	

PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)		ENCONTROS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1	<b>Abimael Freitas Lopes</b>	Técnico Ministerial - Coordenadoria de Documentação e Biblioteca	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	11
2	Achilles Camara Ribeiro Junior	Analista Ministerial - GAECCO																1
3	Adailton de Sousa Mesquita	Técnico Ministerial	✓															1
4	Ademar Leônicio Mendes Pereira	Assistente Administrativo	✓															1
5	Adriano José de Sousa Mesquita	Analista Ministerial - Coordenadora de Gestão de Pessoas	✓															5
6	Adson Antonio Portela Pinto	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon	✓															1
7	Aládia Chaves Maia de Oliveira	Analista Ministerial - Núcleo Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital	✓															1
8	Alan Robert da Silva Ribeiro	Analista Ministerial e Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação	✓															3
9	Alan Vasconcelos Santos	Analista Ministerial	✓															1
10	Alcineides Nunes	Assessora Técnica IV - Cerimonial	✓															2
11	Alda Ires Arruda	Repcionista - Memorial do MP																1
12	Alessandro Ferreira Garcês	Técnico Administrativo	✓															1
13	Alessandro Frank de Castro e Sousa	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Anajatuba																1
14	Alex Bruno Viana da Silva	Assessor de Promotor - Promotoria de Justiça de Imperatriz																1
15	Alexsandro de Jesus Cutrim Silva	Técnico Ministerial	✓															1
16	Aline Almeida de Almeida	Técnica Ministerial - Coordenadoria de Gestão de Pessoas	✓															2
		TOTAL	12.4.16	11.4.16	31.3.16	16.3.16	15.3.16	Enc Reg Timon	Enc Reg Imperatriz	Enc Reg São Luís	Enc Reg São Luís	24.2.16	3.2.16	22.2.16	23.2.16	24.2.16	1.2.16	



CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)																	
17 Allan Flávio Maia Chagas																	
18 Amanda Jullien de Albuquerque																	
19 Cavalcanti Bohn																	
20 Ana Cláudia Reis Godinho																	
21 Ana Maria Alves Nunes do Rêgo																	
22 Anatilde Araújo Silva																	
22 Anderson José da Cruz																	
<b>23 Andrea de Melo Nogueira Duarte</b>	<b>Chefe do Cerimonial</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>
24 Anny Marinho dos Santos																	
25 Antonio Carlos F Filho																	
26 Antonio Carlos Silva da Luz Filho																	
27 Antônio Reginaldo F. Farias																	
28 Aurea Célia Oliveira da Cunha																	
29 Bruna Barboza Gaze Gonçalves																	
<b>30 Carla Costa Pinto</b>	<b>Assessora Jurídica - CAOp/Infância e Juventude</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>	<b>✓</b>
31 Carlos Alberto Pinheiro Gomes																	
32 Carlos Ayrton Bezerra Chagas																	
33 Carlos Bruno Corrêa Aguiar																	
34 Carmen Ligia Paixão Viana																	
TOTAL	12.4.16	11.4.16	31.3.16	16.3.16	15.3.16	Enc Reg Imperatriz	Enc Reg São Luís	Enc Reg Timon									7

CARGO / LOTAÇÃO		ENCONTROS																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
35	Cassio José Batalha da Silva	Analista Ministerial	✓																
36	Celiiane Singulani Brás da Silva	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Imperatriz																	
37	Celizangela Lima Freire de Macedo	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon																	
38	Cesar Veiga Arruda	Analista Ministerial	✓																
39	Christiany Nunes Pessoa	Técnico Ministerial																	
40	Cinthia Vitória Silva Mendonça	Analista Ministerial - Núcleo Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital																	
41	Cláudia Libia Silva Leite	Técnica Ministerial - CAOUMA	✓	✓															3
42	Claudiany Alves de Carvalho Dias	Técnico Ministerial - Assessor de Promotor da Promotoria de Justiça de Paulo Ramos																	1
<b>43</b>	<b>Claúdio Marcelo Araújo Amorim</b>	<b>Chefe da Assessoria de Planejamento</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>18</b>	
44	Cláudio Rodrigo Almeida Portela	Assessor																	1
45	Conceição de Maria Lisboa de Andrade	Assessoria Técnica - CAOp/Educação		✓	✓	✓													6
46	Cristiano André Carvalho Rêgo Cardoso	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Imperatriz																	1
47	Daiane Bentivi	Psicóloga	✓																1
48	Daire Marcia de Sousa	Técnico Ministerial	✓																1
49	Daniela Nascimento Montelo	Técnico Ministerial em Informática	✓																1
50	Daphne Elsie Oliveira dos Santos Guimarães	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Timon																	1
51	Décrio Coutinho Santiago	Assessor Técnico - SECINST																	1
52	Diego Baluz Furtado	Assistente Ministerial	✓																1
53	Diego Valisson Pereira Câmara Santos	Técnico Ministerial	✓																1



PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
54 Dolores Rayanne Ribeiro Rocha	Estagiária - Promotoria de Justiça de Timon	✓															1	
55 Dulce Serra Moreira	Auxiliar Administrativo	✓															1	
56 Edilson Soares Lima	Técnico Ministerial	✓															1	
57 Edna Regina Cantanhede Rêgo	Chefe de Seção	✓															1	
58 Eduardo Henrique do Prado Lei	Assessor de Promotoria	✓															1	
59 Eduardo Júlio da Silva Canavieira	Analista Ministerial - Coordenadoria de Comunicação Social	✓															2	
60 Eklenn Marcelo Abreu Smitt	Assessor Técnico II - Escola Superior do Ministério Público	✓	✓														3	
<b>61 Eliandro Romulo Cruz Araujo</b>	<b>Analista Ministerial - Coordenadoria de Gestão de Pessoas</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>10</b>	
62 Elisabeth Jardim Pedrassa	Analista Ministerial - Coordenadoria de Orçamento e Finanças	✓	✓	✓													4	
63 Ezequias Mesquita Lopes	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Imperatriz																1	
64 Fábio Miranda Barros	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon																1	
<b>65 Fábio Rafael Viana Lobato da Silva</b>	<b>Analista Ministerial - Assessoria de Auditoria Interna</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>13</b>	
66 Fernanda Sheyla de Sousa Castro	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon																1	
67 Fernando Martins Oliveira	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon																1	
68 Florisbel Maria Costa Godinho	Chefe de Gab.	✓															1	
69 Franciliâne dos Santos Lima	Estagiária	✓															2	
70 Francisca Ferreira de Sousa	Analista Ministerial	✓															1	

PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
71 Francisco de Assis Martins Queiroz	Técnico Ministerial - Comissão Permanente de Licitação	✓																		
<b>72 Francisco Fernando Zaque Monte</b>	<b>Assessor Técnico do CAOP/Criminal</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>9</b>	
73 Francisco Teixeira Filho	Técnico Ministerial	✓																	1	
74 Gabriela Fontineles Silva	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Imperatriz																		1	
<b>75 Gabriela Macário Carvalho</b>	<b>Assessora Técnica III - CAOP/Saúde</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>8</b>	
76 Galdêncio Nogueira Cantanhede	Técnico Ministerial	✓																	1	
77 Germana Nunes Vilarinho	Analista Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon														✓				1	
78 Gerson Antonio Rego Lima	Técnico Ministerial	✓																	1	
79 Gilberto Dualibé Mouchrek	Analista Ministerial - Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura														✓				1	
80 Gilcênio Juvenal de Lima Junior	Técnico Ministerial	✓																	2	
81 Graça Maria de Castro Viana	Perita Criminal	✓																	1	
82 Graziela Maria Sousa Cavalcante	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon	✓													✓				2	
83 Gustavo Rodrigues Vasconcelos	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon														✓				1	
84 Helvés Péricles Nogueira e Silva	Chefe de Seção	✓																	1	
85 Hermano José Gomes Pinheiro Neto	Assistente Jurídico	✓																	1	
86 Honorina Nascimento Franco Santos	Chefe de Seção	✓																	1	
87 Hortência Cristina Costa	Analista Ministerial	✓																	1	
88 Hugo Campos de Santana	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Acaíândia														✓				1	
89 Hugo Leonardo Nero Santos	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Imperatriz														✓				1	
		<b>TOTAL</b>																		2
		Enc Reg Timon																		
		16.3.16																		
		31.3.16																		
		11.4.16																		
		12.4.16																		
		Enc Reg São Luís																		



PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
90 Jane Carolina Silva	Analista Ministerial - Promotoria de Justiça de Imperatriz																		1
91 Iracema Sousa Barroso	Técnico Ministerial Administrativo	✓																	1
92 Ires de Fátima Reis Bezerra	Auxiliar Administrativo	✓																	1
<b>93 Ivoneide Queiroz Santos</b>	<b>Analista Ministerial - Coordenadora de Gestão de Pessoas</b>	✓																	<b>7</b>
94 Jacilene da graça Sousa Pereira	Técnico Ministerial	✓																	1
95 Jadiel Fernandes França	Analista Ministerial	✓																	1
96 Jadiel Fernandes França	Analista Ministerial - Assessoria de Controle Interno																		1
97 Jadilson Costa de Abreu	Técnico Ministerial Execução de Mandato	✓																	1
98 Jadynara Santana de Souza	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Buriticupu																		1
99 Jandira Helena de Oliveira Rosa	Analista Ministerial - Promotorias de Justiça da Capital	✓																	2
100 Joaniilce Gusmão Mota	Técnico Ministerial Execução de Mandato	✓																	1
101 João Batista Pereira Borges	Técnico Ministerial - Assessor da Subprocuradora-Geral para Assuntos Administrativos	✓	✓																3
102 João Carlos Almeida de Carvalho	Técnico Ministerial - Comissão Permanente de Licitação																		1
103 João Pires Neto	Assessor	✓																	1
<b>104 Johellton Sousa Gomes</b>	<b>Analista Ministerial - Coordenador de Comunicação Social</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>8</b>	
<b>105 José de Ribamar Rodrigues Furtado</b>	<b>Coordenador de Serviços Gerais</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>12</b>	

CARGO / LOTAÇÃO		ENCONTROS																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
<b>PARTICIPANTES SERVIDORES</b> (ordem alfabética)																			
106 José Edmar Aguiar Macedo	Técnico Ministerial - Presidente da ASFUPEMA	✓																	
107 José Henrique Frazão Costa	Analista Ministerial - Assessoria Técnica	✓	✓																3
108 José Lindstron Pacheco	Analista Ministerial	✓																	1
109 José Nelio Miranda de Freitas	Analista Ministerial - Assessoria Técnica	✓																	2
110 José Walter Gonçalves Silva Júnior	Analista Ministerial - Coordenador da Folha de Pagamentos	✓																	2
111 Josehma dos Santos Silva	Estagiária - Promotoria de Justiça de Timon																		1
112 Juliana de Mesquita Cerqueira	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Caxias																		1
113 Kalyinne Lara Poubel Negreiros	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Imperatriz																		1
<b>114 Kelia Cristina Martins Silva</b>	<b>Técnica Ministerial - Assessoria Especial</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>6</b>
115 Kércia Maria Dantas de Lira Everton	Assessora Técnica - Coordenadora de Processos																		1
116 Laíne Suammy dos Reis dos Souza	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Imperatriz																		1
117 Leandro Gomes de Brito	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Paulo Ramos																		1
118 Leonardo Dornelles Figueiredo Silva	Analista Ministerial - Coordenadora de Modernização e Tecnologia da Informação																		2
119 Leonardo Rodrigues Sampaio	Analista Ministerial - Coordenadora de Modernização e Tecnologia da Informação																		2



PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
120 Letice Câmara França	Analista Ministerial - CAQUMA	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	12
121 Lídio Cláudionor Nunes Miranda	Técnico Ministerial	✓																	1
122 Lucas Araújo Dualilibe Pinheiro	Assessor-Chefe AJAD	✓																	1
123 Lúcia Helena Saraiva de Oliveira	Analista Ministerial - Coordenadoria de Gestão de Pessoas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	8
124 Luciana Maria Carvalho Lima do Nascimento	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon															✓			1
125 Luciana Maria Doudement Madeira	Técnico Ministerial																		1
126 Luciane Fernanda de Castro Torres	Técnico Ministerial																		1
127 Lucina Macedo Medeiros	Analista Ministerial - Coordenadoria de Comunicação Social	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	14
128 Luís Carlos Diniz	Técnico Ministerial																		1
129 Luis Carlos Nunes Moraes	Assessor de Promotor - Promotoria de Justiça de Timon															✓			1
130 Luis Fernando Oliveira Sousa	Técnico Ministerial - Coordenação e Modernização e Tecnologia da Informação																		2
131 Luma de Sousa Ibiapina	Estagiária - Promotoria de Justiça de Timon																		1
132 Luselias Soares Sales Lopes	Analista Ministerial - Assessoria de Planejamento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	12
133 Marcelo André de Oliveira Rabelo	Técnico Ministerial - Coordenadoria de Processos																		1
134 Marco Aurélio Leite Cavalcante	Analista Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon																		1
135 Marcus Vinícius Aragão Gouveia	Analista Ministerial - Assessoria Técnica																		2
136 Mardoclésio Silva de Melo	Técnico Ministerial																		1

PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
137 Maria da Graça Mendonça	Assesora Técnica II - Coordenadoria de Administração	✓																2
138 Maria das Graças Gonçalves	Assessora Técnica II - Coordenadoria de Administração		✓															1
139 Maria de Fátima Moraes	Técnico Ministerial	✓																1
140 Maria do Socorro Quadros de Abreu	Assistente Jurídico	✓																1
141 Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos	Coordenadora	✓																1
<b>142 Maria Emilia Martins Silva de Oliveira</b>	<b>Analista Ministerial e Assessora - Chefa de Controle Interno</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>6</b>	
143 Maria Guadalupe Lopes	Estagiária - Promotoria de Justiça de Timon										✓							1
144 Maria Isabel Viana Serpa	Técnico em Contabilidade	✓																1
145 Maria Nascimento Sousa	Técnico Ministerial	✓																1
146 Marilza Oliveira Santana Moreira	Analista Ministerial	✓																1
147 Marizângela Ribeiro Taveira	Analista Ministerial - Promotoria de Justiça de Imperatriz																	1
148 Miércio de Brito Cutrim	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Olinda Nova do Maranhão	✓									✓							2
149 Mirian Ribeiro Costa	Técnico Ministerial	✓																1
150 Moizanilton Pestanha Soares	Analista Ministerial - Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	✓																2
<b>151 Naissandra Mota Silva</b>	<b>Assessor Técnica III - CAOP/Infância e Juventude</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>13</b>	
152 Nayana Soares Rodrigues	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Timon																	1
153 Nielsen Oliveira Castro	Analista Ministerial - Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura																	1



PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
154 Nilton da Silva Melo	Técnico Ministerial - Coordenadoria de Administração																		1
<b>155 Pâmela Neves de Oliveira</b>	<b>Analista Ministerial - Assessora de Controle Interno</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>15</b>
156 Patrícia Cristina Marques Correa	Chefe de Seção	✓																	1
157 Patrícia de Oliveira S. Araújo	Agente Administrativo	✓																	1
<b>158 Patricia Gomes Cardoso</b>	<b>Técnica Ministerial - Coordenadora de Administração</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>12</b>
159 Patricia Maria Gadella do Rêgo Monteiro	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Acaílândia															✓			1
<b>160 Pedro Afonso Cruz Britto</b>	<b>Assessor Técnico da Ouvidoria</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>10</b>
<b>161 Rafael Rocha Ribeiro</b>	<b>Analista Ministerial - Diretoria Geral</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>13</b>
162 Rafaelly Cavalcante Barbosa e Silva	Estagiária - Promotoria de Justiça de Timon															✓			1
163 Raimundo João Cerejo A. Filho	Técnico Ministerial - Assessoria de Auditoria															✓			2
164 Raissa Barbosa Tavares	Assessora Técnica IV - SECINST	✓	✓																1
165 Rayssa Regina Belo do Nascimento	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de São Domingos do Maranhão															✓			2
166 Regina Lucia Araújo Lima	Técnico Ministerial																		1
167 Rejane Martins de Moraes Melo	Chefe de Seção	✓	✓																1
168 Renata Barros do Santos	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Imperatriz															✓	✓		2
<b>169 Ricardo Augusto Martins Coelho</b>	<b>Analista Ministerial - Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação</b>																	✓	1
<b>170 Ricardo Luiz Oliveira de Carvalho</b>	<b>Técnico Ministerial</b>																	✓	1

PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)	CARGO / LOTAÇÃO	ENCONTROS																	
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
171 Roberti David Nascimento dos Santos	Técnico Ministerial	✓																	
172 Roberto M.de Araujo	Técnico Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon		✓																
<b>173 Rômollo de Sá Malta</b>	<b>Técnico Ministerial - Coordenadoria de Documentação e Biblioteca</b>			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>7</b>
174 Ronald Silva Pereira	Assistente Técnico	✓																	
175 Ronilda Lima de Miranda	Técnica Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon														✓				
<b>176 Roseane Brandão Pantoja</b>	<b>Coordenadora de Administração</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>14</b>
177 Seanne Telles Pereira	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Timon														✓				
178 Sherly Maclaine de Jesus Santos	Analista Ministerial - Promotoria de Justiça de Timon													✓					
<b>179 Shirley Serrador de Assis</b>	<b>Assessora Técnica I - Subprocuradoria para Assuntos Administrativos</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>15</b>
180 Silvana Maria Nascimento de Carvalho	Analista Ministerial	✓																	
181 Susane Maria Pinto Viegas	Analista Ministerial - Memorial do MP														✓				
<b>182 Suzana Fernandes Rocha</b>	<b>Técnica Ministerial - Secretaria de Administrativo-Financeira</b>			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	<b>11</b>
183 Talissa Guimaraes Santos Sousa	Estagiária	✓																	
184 Tatiana Alves de Paula	Analista Ministerial - Coordenadora de Orçamento e Finanças	✓	✓																<b>4</b>
185 Thayanna de Mello Trad	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Imperatriz																		<b>1</b>



PARTICIPANTES SERVIDORES (ordem alfabética)		ENCONTROS																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
186	Thiago Nunes de Sousa	Analista Ministerial - Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	11
187	Thiago Silva Lima	Assessor de Promotor - Promotoria de Justiça de Imperatriz																1
188	Tiago Barbosa Santos	Técnico Ministerial - Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	9
189	Tiago Serra Coelho	Analista Ministerial	✓															1
190	Valdemy Barros	Técnico Ministerial - Presidente do SINDSEMP	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	4
191	Valéria Cristina Trancoso Prazeres Vieira	Analista Ministerial - CAOP/Educação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	11
192	Vanessa de Oliveira Amorim	Assessora de Promotor - Promotoria de Justiça de Timon													✓			1
193	Vânia Márcia de Sousa Leal Nunes	Analista Ministerial	✓															1
194	Veridiane da Silva Carvalho	Assistente Ministerial	✓															1
195	Vinícius Oliveira Melo da Silva	Assessor de Promotoria	✓															1
196	Walter da Conceição Andrade Braga	Analista Ministerial - Assessora Técnica Chefe da Assessoria Técnica	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	8
197	Washington Wilson Viana dos Santos	Técnico Ministerial	✓															1



Mosaico de fotos dos eventos de Planejamento Estratégico



Mosaico de fotos dos eventos de Planejamento Estratégico

